

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE EDUCAÇÃO E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM SOCIEDADE,
CULTURA E FRONTEIRAS – NÍVEL DE MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS**

GILMA FERNANDES

**O CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIOESTE-FOZ DO IGUAÇU/PR- A FORMAÇÃO
DA 1ª TURMA: CONCEPÇÃO, PERFIL E A INSERÇÃO PROFISSIONAL DE
EGRESSA(O)S NA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARANAENSE EM
2019**

**FOZ DO IGUAÇU – PR
2021**

GILMA FERNANDES

**O CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIOESTE-FOZ DO IGUAÇU/PR- A FORMAÇÃO
DA 1ª TURMA: CONCEPÇÃO, PERFIL E A INSERÇÃO PROFISSIONAL DE
EGRESSA(O)S NA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARANAENSE EM
2019**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – para obtenção do título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras, junto ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Sociedade, Cultura e Fronteiras, área de concentração: Sociedade, Cultura e Fronteiras.

Linha de Pesquisa: Trabalho, Política e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Aparecida de Souza

FOZ DO IGUAÇU – PR

2021

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

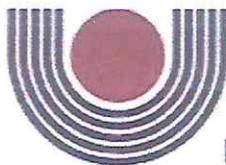
Fernandes, Gilma

O CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIOESTE-FOZ DO IGUAÇU/PR- A FORMAÇÃO DA 1ª TURMA: CONCEPÇÃO, PERFIL E A INSERÇÃO PROFISSIONAL DE EGRESSA(O)S NA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARANAENSE EM 2019 / Gilma Fernandes; orientadora Silvana Aparecida de Souza. -- Foz do Iguaçu, 2021.

91 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Foz do Iguaçu) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, 2021.

1. Educação. 2. Ensino Superior. 3. Pedagogia Unioeste. 4. Contribuição Social. I. de Souza, Silvana Aparecida, orient. II. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Campus de Foz do Iguaçu

Avenida Tarquínio Joslin dos Santos, 1300 – Polo Universitário

Fone: 3576-8100 – CEP 85870-650 – Foz do Iguaçu – Paraná

www.foz.unioeste.br



PPGSCF

Programa de Pós-Graduação em
Sociedade, Cultura e Fronteiras

Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE GILMA FERNANDES, ALUNA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Aos treze dias do mês de fevereiro de 2021 às 09h00min, Via remoto, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação da candidata Gilma Fernandes, aluna do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras - nível de Mestrado, na área de concentração em Sociedade, Cultura e Fronteiras. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras. Integraram a referida Comissão os Professores Doutores: Silvana Aparecida de Souza, Denise Rosana da Silva Moraes e Francielle Ghellere de Carmargo. Os trabalhos foram presididos pela Silvana Aparecida de Souza, orientadora da candidata. Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, a aluna foi admitida à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: " A RELEVÂNCIA DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIOESTE PARA FOZ DO IGUAÇU: PERFIL DAS ALUNAS(OS) DA PRIMEIRA TURMA E A INSERÇÃO PROFISSIONAL DE EGRESSA(O)S NA REDE ESTADUAL DE ENSINO NO ANO DE 2019". A Senhora Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou a candidata a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, a candidata foi arguida sucessivamente, pelas professoras doutoras: Denise Rosana da Silva Moraes e Francielle Ghellere de Camargo. Findas as arguições, a Senhora Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, a candidata foi aprovada. A seguir, a Senhor Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, a Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Campus de Foz do Iguaçu e orientadora, lavra e assina a presente ata. Devido a pandemia Covid-19, a Banca Examinadora de Exame de Qualificação de Dissertação foi realizada via remoto síncrona por vídeo conferência em conformidade com a Resolução nº 078/2016-CEPE, § 6º E 7º e Resolução nº 052/2020-CEPE, § 7º.

Orientadora – Silvana Aparecida de Souza
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Foz do Iguaçu (UNIOESTE)

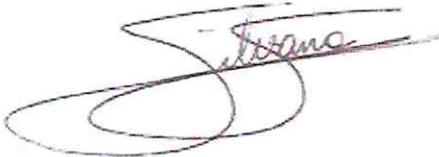
Denise Rosana da Silva Moraes
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Foz do Iguaçu (UNIOESTE)

Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE GILMA FERNANDES, ALUNA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Francielle Ghellere de Camargo
Faculdade de Ensino Superior de São Miguel do Iguazu (FAESI)


Gilma Fernandes
Aluna



Prof.ª Dr.ª Silvana Aparecida de Souza
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em
Sociedade, Cultura e Fronteiras – Mestrado e Doutorado
Portaria n.º 1480/2020-GRE de 18/03/2020

Dedicatória

Aos meus pais, Maria e Sebastião, *in memoriam*. Ao meu companheiro Alison e a minha querida filha Jordana, a quem amo com todo o meu coração.

AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial, as minhas irmãs Helena e Maria, suportes e apoio nesta trajetória.

Ao meu companheiro Alison pelo incentivo e encorajamento.

Aos valorosos, compromissados e competentes professores da primeira turma do Curso de Pedagogia da Unioeste-Foz (2000-2004), em especial as professoras: Denise Rosana da Silva Moraes, Janaína Aparecida de Mattos Almeida, Regina Coeli Machado e Silvana Aparecida de Souza pelo pioneirismo na implantação do Curso, por tudo o que (juntamente com os demais professores) tiveram que enfrentar para que o Curso de Pedagogia se consolidasse com a qualidade que apresenta para município de Foz do Iguaçu e região.

Aos colegas da histórica primeira turma do Curso de Pedagogia, pela jornada construída na graduação e pela contribuição nas respostas ao questionário desta pesquisa, com especial carinho, à amiga Jakeline Goldoni, com quem pude compartilhar todos os momentos importantes desta caminhada.

Aos queridos colegas da Pós Graduação, em especial, a Sancleya Evanessa de Lima pela parceria e laços construídos neste percurso.

Aos membros da banca, Prof.^a Dr.^a Denise Rosana da Silva Moraes e a Prof.^a Dr.^a Francielle de Camargo Ghellere, pela generosidade em aceitar o convite, pela disponibilidade em ler minha pesquisa e me auxiliar na construção desta investigação.

Por fim, agradeço a estimada Prof.^a Dr.^a Silvana Aparecida de Souza, minha orientadora nesta pesquisa, sobretudo pela disponibilidade, generosidade e atenção.

FERNANDES, G. **O curso de Pedagogia da Unioeste -Foz do Iguaçu/PR- A formação da 1ª turma: Concepção, perfil e a inserção profissional de egressa(o)s na Rede Pública de Educação Básica Paranaense em 2019.** Nº 93 f. Dissertação de Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Silvana Aparecida de Souza. Foz do Iguaçu, 2021.

RESUMO

O objeto desta pesquisa é o levantamento do perfil de formada(o)s na primeira turma do curso de Pedagogia da Unioeste, campus Foz do Iguaçu, bem como do percentual de egressa(o)s que atuavam na rede estadual de ensino no ano de 2019 no referido município, intencionando com este trabalho a obtenção de dados que demonstrem a relevância do Curso para a sociedade local e regional. Assim, para contextualizar o objeto desta pesquisa, apresenta-se a história, em sua gênese, da criação do Curso, amparando a reflexão do estudo nas premissas do materialismo histórico e dialético. Elaborou-se a pesquisa bibliográfica e documental dos percursos da criação do curso, e por meio de questionário on-line, foi realizado o levantamento do perfil de egressa(o)s da primeira turma, quanto aos aspectos socioeconômicos, de formação continuada e atuação profissional. Utilizou-se também entrevista, por telefone e WhatsApp, para obtenção de dados a respeito do número de egressa(o)s das Instituições de Ensino Superior das quais são oriundas as pedagogas(o)s que compuseram o Quadro do Magistério da rede estadual no município de Foz do Iguaçu- PR, no ano de 2019, levantando-se o número de pedagoga(o)s formada(o)s na UNIOESTE - Campus Foz em relação ao número de pedagogas(o)s egressa(o)s de outras Instituições de Ensino Superior. Observa-se, por meio dos resultados obtidos, a relevância do curso de Pedagogia da Unioeste para a cidade de Foz do Iguaçu e região em seus 20 anos de existência (2000-2020). Os dados expressivos demonstraram a porcentagem relativa à esfera de atuação profissional de egressa(o)s da primeira turma de Pedagogia: 70% dos formados atuam na área da educação. Em relação as egressas(o)s que desempenhavam suas funções como pedagoga(o)s nas escolas estaduais no ano de 2019, considerando-se as 3 instituições com maiores percentuais alcançados: 36% são egressa(o)s da Unioeste; 19% são egressa(o)s do Centro Universitário Dinâmica das Cataratas- UDC (instituição privada que oferta o curso de Pedagogia no município de Foz do Iguaçu) e 16% são egressa(o)s da Unioeste (universidade privada com sede no Estado de São Paulo). Se considerados apenas as instituições com sede em Foz do Iguaçu: 63% das pedagogas(o)s são egressa(o)s da Unioeste, 33% da UDC e 4% da Uniamérica. Os dados obtidos sinalizam que a formação acadêmica para atuação profissional de formados na Unioeste tem repercussão e contribuição social para o desenvolvimento educacional do município e região. O tripé que sustenta a universidade de ser pública, gratuita e de qualidade, e a investigação comprovam esta premissa, por meio de suas egressa(o)s e suas carreiras profissionais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Ensino Superior, Pedagogia, UNIOESTE, Contribuição Social.

FERNANDES, G. **The Pedagogy course at Unioeste -Foz do Iguaçu/PR- The formation of the 1st class: Conception, profile and professional insertion of graduates in the Public Basic Education Network of Paraná in 2019.** No. 93 f. Master's Dissertation in Society, Culture and Borders – State University of Western Paraná. Advisor: Prof. Dr. Silvana Aparecida de Souza. Foz do Iguaçu, 2021.

ABSTRACT

The object of this research is to survey the profile of students from the first class of the Pedagogy course at Unioeste, Foz do Iguaçu campus, as well as the percentage of graduates who worked in the state school system in 2019 in that municipality, intending with this work, to obtain data that demonstrate the relevance of the course for local and regional society. Thus, to contextualize the object of this research, the history, in its genesis, of the creation of the Pedagogy Course at Unioeste-Campus Foz do Iguaçu is presented, supporting the study's reflection on the premises of dialectical materialism. Bibliographic and documentary research was carried out on the creation of the Course, and through a questionnaire via a form, the survey of the profile of the students in their first class, regarding socioeconomic aspects, continuing education and professional performance. A questionnaire was also used, via telephone and WhatsApp, to obtain data on the number of graduates of the Higher Education institutions from which the pedagogues (the) who made up the Framework for Teaching of the state network in the municipality come from. de Foz do Iguaçu- PR, in 2019, relating the number of educators trained at UNIOESTE - Campus Foz in relation to the number of educators (e) graduates from the other higher education institutions. It was concluded, through the subsidies obtained (still in an incipient way) the relevance that has the 20 years of the Pedagogy Course for the city of Foz do Iguaçu and region, since the percentage related to the professional sphere of the graduates from the first Pedagogy class at Unioeste-Foz do Iguaçu, indicated that 70% work in the area of education. Regarding graduates who performed their functions as pedagogues in state schools in 2019, considering the 3 institutions with the highest percentages achieved: 36% are graduates of Unioeste; 19% are graduates from União Dinâmica de Faculdade Cataratas, a private institution that offers the Pedagogy course in the city of Foz do Iguaçu and 16% are graduates from Unioeste- private university based in the state of São Paulo. If only the institutions based in Foz do Iguaçu are considered: 63% of the educators (e) are graduates of Unioeste, 33% of UDC and 4% of Uniamérica. The data obtained point to academic training (public, free and of quality) for the professional performance of the graduates as a social contribution of Unioeste - Campus Foz for the educational development of the municipality and region.

KEYWORDS: Education, Higher Education, Pedagogy, UNIOESTE, Social Contribution.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Área de atuação profissional de egressa(o)s durante o curso de Pedagogia (2000-2004)

Figura 2 - Porcentagem relativa à modalidade de conclusão do Ensino Médio.

Figura 3 - Porcentagem relativa à titulação de egressa(o)s da primeira turma de Pedagogia da Unioeste-Foz do Iguaçu.

Figura 4 - Porcentagem relativa à natureza da instituição onde foi cursada a maior titulação de egressa (o) s da primeira turma de Pedagogia da Unioeste-Foz do Iguaçu.

Figura 5 - Porcentagem relativa à modalidade de curso de pós-graduação de mais alta titulação da (o) egressa (o) s da primeira turma de Pedagogia da Unioeste-Foz do Iguaçu.

Figura 6 - Porcentagem relativa à área temática do curso de pós-graduação de mais alta titulação de egressa(o)s da primeira turma de Pedagogia da Unioeste-Foz do Iguaçu.

Figura 7 - Porcentagem relativa à área de atuação profissional das egressas (o) s da primeira turma de Pedagogia da Unioeste-Foz do Iguaçu

Figura 8 - Porcentagem relativa à esfera de atuação profissional na área de educação das egressas (o) s da primeira turma de Pedagogia da Unioeste-Foz do Iguaçu

Figura 9 - Porcentagem relativa ao vínculo de trabalho na atuação profissional de egressa(o)s da primeira turma de Pedagogia da Unioeste-Foz do Iguaçu.

Figura 10 - Porcentagem relativa à etapa de trabalho na atuação profissional de egressa(o)s da primeira turma de Pedagogia da Unioeste-Foz do Iguaçu.

Figura 11 - Instituições de Graduação das quais são egressa(o)s as pedagoga(o)s que compõem o quadro próprio do magistério da rede estadual do município de Foz do Iguaçu.

Figura 12 - Percentual de Instituições de graduação das quais são egressa(os as pedagoga (o) s que compõem o quadro próprio do magistério da rede estadual do município de Foz do Iguaçu.

Figura 13 - Percentual de instituições públicas e privadas.

Figura 14- Percentual de instituições que obtiveram resultados mais expressivos.

Figura 15 - Instituições de Ensino Superior com sede no município de Foz do Iguaçu.

Figura 16: Percentual anual de vagas autorizadas anualmente

Figura 17: Percentual total, por instituição, de vagas autorizadas anualmente

Figura 18: Percentual de vagas autorizadas anualmente: instituições públicas e privadas

Figura 19: Tempo de funcionamento do Curso de Pedagogia nas instituições.

Figura 20: Centro Universitário Dinâmica das Cataratas – UDC. Licenciatura em Pedagogia. Modalidade: Educação à Distância, início de funcionamento: 10/08/2013.

Figura 21: Indicadores de qualidade: Centro Universitário Dinâmica das Cataratas – UDC. Licenciatura em Pedagogia. Modalidade: Presencial, início de funcionamento: 07/08/2000.

Figura 22: Indicadores de qualidade: Centro Universitário Dinâmica das Cataratas – UDC. Licenciatura em Pedagogia. Modalidade: Presencial, início de funcionamento: 03/02/2003.

Figura 23: Indicadores de qualidade: Centro Universitário União das Américas – UNIAMÉRICA. Licenciatura em Pedagogia. Modalidade: Presencial, início de funcionamento: 13/02/2016.

Figura 24: Indicadores de qualidade: Universidade Estadual do Oeste do Paraná- UNIOESTE. Licenciatura em Pedagogia. Modalidade: Presencial, início de funcionamento: 07/08/2000.

Figura 25: Indicadores de qualidade: Universidade do Oeste Paulista- UNOESTE. Licenciatura em Pedagogia. Modalidade: Presencial, início de funcionamento: 16/10/1972.

Figura 26: Indicadores de qualidade: Universidade do Oeste Paulista- UNOESTE. Licenciatura em Pedagogia. Modalidade: À Distância, início de funcionamento: 05/02/2018.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Porcentagem relativa à etapa de atuação profissional na área de educação das egressas (o) s da primeira turma de Pedagogia da Unioeste-Foz do Iguaçu.

Tabela 2 - Quantificação das Instituições de Ensino Superior das quais são egressas (o) as pedagogas (o) s que atuam na rede estadual de educação no município de Foz do Iguaçu.

Tabela 3 - Quantificação de instituições públicas e privadas:

Tabela 4 - Instituições que obtiveram resultados mais expressivos.

Tabela 5 - Instituições de Ensino Superior com sede no município de Foz do Iguaçu.

Tabela 6 – Dados descritivos das Instituições de Ensino Superior com maior expressividade em relação ao percentual de egressa (o) s atuantes nas escolas da rede estadual do município de Foz do Iguaçu no ano de 2019.

Tabela 7: Conceitos obtidos pela Unioeste (modalidade presencial) no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes- ENADE

Tabela 8: Conceitos obtidos pela UDC Centro (modalidade presencial) no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes- ENADE

Tabela 9: Conceitos obtidos pela UDC- Vila A- (modalidade presencial) no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes- ENADE

Tabela 10: Conceitos obtidos pela Unoeste (modalidade Presencial) no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes- ENADE

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANFOPE- Associação Nacional pela Formação dos Profissionais em Educação

CC- Conceito de Curso

CI- Conceito Institucional

CNE- Conselho Nacional de Educação

CPC- Conceito Preliminar de Curso

DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais

EAD- Educação a Distância

ENADE: Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

IGC-Índice Geral de Cursos da instituição

IES- Instituição de Ensino Superior

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

PUC – Pontifícia Universidade Católica

UDF – Universidade do Distrito Federal

UDC- Centro Universitário Dinâmica das Cataratas

UNIAMÉRICA- Centro Universitário União das Américas

UNIOESTE- Universidade Estadual do Oeste do Paraná

UNE- União Nacional dos Estudantes

UNOESTE- Universidade do Oeste Paulista

UP – Universidade do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. A LDB Nº 9394/96, UM ERRO NA SUA INTERPRETAÇÃO: A GÊNESE DA CRIAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU... 18	18
1.1 LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: BREVE RETROSPECTO HISTÓRICO.....	18
1.2 O ARTIGO 62 DA LDB 9394/96 E OS DESDOBRAMENTOS DE SUA INTERPRETAÇÃO EQUIVOCADA.....	30
1.3 UNIOESTE, UNIVERSIDADE PÚBLICA, GRATUITA E DE QUALIDADE: UMA CONQUISTA PARA FOZ DO IGUAÇU E PARA O OESTE PARANAENSE.....	35
1.4 PERCURSOS PARA CRIAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU.....	38
2. O CURSO DE PEDAGOGIA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO QUADRO DE MAGISTÉRIO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO, NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU.....	42
2.1 OPÇÃO METODOLÓGICA.....	42
2.2 PERFIL DAS EGRESSA(O) S DA PRIMEIRA TURMA DO CURSO DE PEDAGOGIA: ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS, FORMAÇÃO CONTINUADA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL.....	44
2.3 ANÁLISE DOS DADOS QUANTITATIVOS DA INSERÇÃO DE PEDAGOGAS (O) S EGRESSA (O) S DA UNIOESTE QUE ATUAVAM NA FUNÇÃO, NAS ESCOLAS ESTADUAIS NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU, NO ANO DE 2019.....	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFERÊNCIAS.....	82

INTRODUÇÃO

Há vinte anos, no ano 2000, ingressava no Curso de Pedagogia, como acadêmica da primeira turma do Curso no Campus de Foz do Iguaçu. Na época, final dos anos 1990, uma interpretação equivocada do artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n.º 9394/96, fez com que as professoras da rede municipal de ensino, entre elas, eu, que já atuava na rede, acreditasse que as docentes concursadas que não tivessem Licenciatura Plena no Curso de Pedagogia, até o final daquela década poderiam ser exoneradas da função. E assim, começava a minha caminhada pelo Ensino Superior Público, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Unioeste/ campus de Foz do Iguaçu.

Quinta filha de uma família numerosa e sem muitos recursos financeiros, reconheço a importância que o papel do Ensino Superior (público, gratuito e de qualidade) teve na minha constituição social, desde o magistério até a universidade no curso de Pedagogia.

Em 2004, ano de formatura da primeira turma do Curso de Pedagogia, foi também ano do primeiro concurso público para o cargo de Professor Pedagogo da Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná, no qual tive a grata satisfação de ser aprovada e observar, também como aprovados, quase a totalidade da minha turma, 76% dela. Foi um resultado expressivo.

No exercício do cargo como Pedagoga desde 2005, pude constatar (que além daqueles que haviam se formado comigo) alguns colegas com quais mantinha contato pelas relações de trabalho, eram egressas da UNIOESTE. Outrossim, conheci também Pedagoga(o)s que atuavam nas Equipes Pedagógicas da Rede Estadual, na cidade de Foz do Iguaçu, que eram oriundos de outras instituições públicas de ensino superior.

Devido ao contexto acima exposto, pude, em hipótese, relacionar a relevância que o Curso de Pedagogia tem para o município de Foz do Iguaçu no tocante a formação de profissionais para atuação no quadro de magistério da rede estadual de educação.

Compreendi, do meu local de fala, pelas vivências que pude experienciar, a importância de ingressar e cursar uma Universidade pública, de ter acesso a Ciência, a produção do conhecimento.

As eleições presidenciais do ano de 2018, bem como seus desdobramentos no campo ideológico, possíveis de se observar pela história em curso (2018-2021), evidenciaram a ascensão do conservadorismo no Brasil. Associado a isso, se verifica, em parte dos discursos políticos relacionados a educação superior pública, uma tentativa de desqualificar o ensino, seus objetos de pesquisa, os cursos de Filosofia, Sociologia e as Ciências Humanas, bem como, a relevância das pesquisas desenvolvidas nas universidades públicas brasileiras para o país.

Devido a intensificação de ataques que estas instituições públicas vêm sofrendo no atual período da história política do Brasil, busquei, por meio desta pesquisa, dados e reflexões que possam contribuir no contexto da defesa do ensino superior público e gratuito.

A pesquisa consiste no levantamento do perfil das aluna(o)s da primeira turma do curso de Pedagogia da Unioeste, campus Foz do Iguaçu e do percentual de egressa(o)s que atuaram na rede estadual de ensino no ano de 2019, no referido município, no Estado do Paraná, região da Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai.

Após a delimitação do tema a ser estudado nesta pesquisa- A relevância do curso de pedagogia da Unioeste para Foz do Iguaçu: O curso de pedagogia da Unioeste-foz do Iguaçu/Pr- a formação da 1ª turma: concepção, perfil e a inserção profissional de egressa(o)s na rede pública de educação básica paranaense em 2019, decidiu-se que seria necessário realizar uma pesquisa de campo para que os dados quantitativos sobre os profissionais que atuam na rede estadual de ensino fossem apresentados.

Buscou-se o número de pedagogas e pedagogos que trabalhavam na Rede Estadual de Ensino (no ano de 2019) de acordo com os dados publicados no Portal oficial da Secretaria de Estado da Educação do Paraná¹(SEED). Em seguida, contatou-se as escolas estaduais do município, por telefone, WhatsApp ou pessoalmente, no intuito de dialogar com os membros da equipe pedagógica de

¹ Pesquisa realizada conforme site institucional da Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná. Disponível em <<http://www.diaadia.pr.gov.br/>>, acesso em 29 de março de 2019.

cada um dos colégios para saber qual foi a faculdade/universidade, pública/privada, presencial/ ou a distância em que se realizaram sua graduação e se formaram.

Depois de coletados os números, separou-se a quantidade de Pedagogas egressas² da UNIOESTE - Campus Foz e a quantidade de Pedagogas egressas das demais instituições. Se objetivou com isso, relacionar a proporcionalidade de egressas das várias Instituições de Ensino Superior lotadas³ nas escolas estaduais da cidade de Foz do Iguaçu no ano de 2019, intencionando com este recorte, saber neste local, qual é a representatividade da Unioeste na formação dos profissionais que nele atuam.

Para aprofundar o conhecimento acerca das instituições, buscou-se por meio de consulta ao Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior, o Cadastro e-MEC (Brasil, 2021), dados a respeito da modalidade de ensino, grau, curso, vagas anuais autorizadas, município sede, data de início de funcionamento, carga horária mínima e natureza jurídica das Instituições de Ensino Superior que apresentaram maior expressividade numérica, sendo elas: a Universidade Estadual do Oeste do Paraná- Unioeste, o Centro Universitário Dinâmica das Cataratas- UDC, Universidade do Oeste Paulista- Unoeste e o Centro Universitário União das Américas- Uniamérica.

Buscou-se ainda, com a utilização de formulário online, conhecer e apresentar o perfil das alunas da primeira turma do curso de Pedagogia quanto aos aspectos socioeconômicos, de formação continuada e atuação profissional.

Para contextualizar o objeto desta pesquisa, faz-se uma ligeira retomada do histórico das Leis de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil até a promulgação da LDB nº 9394/96, onde se problematiza a investidura política do Estado pela expansão do ensino superior privado relacionado a formação docente. Decorrente disto, se **explicita** o movimento das professoras municipais da cidade de Foz do Iguaçu na busca por um curso de Licenciatura Plena pela tentativa de “salvar” seus postos de trabalho, o que deu origem ao Curso de Pedagogia no município acima mencionado.

² Por constatar, neste campo de recorte selecionado para pesquisa, um espaço de predomínio hegemonicamente feminino, usar-se-à substantivo feminino para se referir a(o)s formada(o)s da primeira turma do Curso de Pedagogia da Unioeste e demais egressa(o)s.

³ Refere-se a vinculação profissional de pedagogas, por meio de contrato temporário ou concurso público, nas escolas da rede pública estadual de educação no município de Foz do Iguaçu, no ano de 2019.

Apresenta-se, então, a história da construção do curso, em sua gênese, na cidade de Foz do Iguaçu atrelada a um equívoco na interpretação do artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), n. 9394/96. Frente ao contexto exposto, pretende-se com os resultados desta pesquisa, contribuir com a criação de subsídios que conduzam a compreensão da importância do Curso de Pedagogia, ofertado em uma universidade pública, gratuita e de qualidade, para a sociedade local e regional.

A reflexão a respeito da mercantilização da educação no Brasil, seus objetivos perpassam a esfera do interesse de classes economicamente distintas. Saviani (1994, p.119), atesta que a defesa do ensino público deve atender aos direitos das camadas populares da sociedade e, por consequência, ser por elas gerenciada, uma vez que implica em um exercício de controle da própria sociedade civil, voltando à tona o problema de escola pública, cujo alvo seria a privatização. Acrescenta-se a esses fatos a influência neoliberal e a reestruturação produtiva advinda da nova divisão do trabalho presente em todos os segmentos sociais e, inclusive, na escola pública e na formação de profissionais da educação, que ainda é objeto de muitos questionamentos (CATANI, 1996), (SAVIANI, 1994); (SILVA JUNIOR, 1996).

A história em curso, mostra que as universidades públicas de todo o país têm sofrido ataques políticos de parcela da sociedade que intenciona diminuir a importância dos cursos de graduação na área das Ciências Humanas e Sociais, desqualificando as pesquisas e a relevância destas instituições para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Desse modo, justifica-se a importância da apresentação desta análise sobre a contribuição social do trabalho realizado pela UNIOESTE – FOZ na formação de Pedagogas e Pedagogos que atuam diretamente no atendimento da população que faz uso das escolas públicas estaduais no município.

1. A LDB Nº 9394/96, UM EQUÍVOCO NA SUA INTERPRETAÇÃO: A GÊNESE DA CRIAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU.

1.1 LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: BREVE RETROSPECTO HISTÓRICO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, LDB n.º 9394/96, é a legislação que regulamenta o sistema educacional do Brasil, abrangendo desde a educação básica ao ensino superior, nas esferas pública e privada. Na história do país, foram promulgadas três Leis de Diretrizes e Bases, todas contemplando avanços e fragilidades, que são a LDB 4024/61, LDB 5692/71 e LDB 9394/96, e uma Lei específica para regulamentação do Ensino Superior: Lei 5540/68.

A primeira regulamentação da educação brasileira ocorreu em 1961, com a promulgação da LDB 4024/61, após treze anos de espera desde a apresentação do primeiro projeto ao parlamento. A Lei estabeleceu diretrizes para o ensino primário, que deveria ser ministrado exclusivamente na língua nacional e objetivava o desenvolvimento “do raciocínio e das atividades de expressão da criança, e a sua integração no meio físico e social” (BRASIL, 1961).

A estrutura educacional brasileira, se constitui de questões historicamente herdadas desde o império e que embasam dois princípios específicos: uma educação para as classes mais abastadas e uma educação para “as massas”. Esse modo de pensar a educação, propunha distintamente dois modelos de educação: uma educação para a classe hegemônica, com intuito de manutenção e perpetuação de poder e outra para a classe assalariada, que deveria minimamente ser preparada para atuar no mercado de trabalho, é o que os teóricos da educação chamam de princípio da dualidade entre o fazer e o pensar:

A dualidade estrutural expressa uma fragmentação da escola a partir da qual se delineiam caminhos diferenciados segundo a classe social, repartindo-se os indivíduos por postos antagonistas na divisão social do trabalho, quer do lado dos explorados, quer do lado da exploração. Baudelot e Establet (1971), entre outros teóricos do crítico-reprodutivismo, desvendam a ilusão ideológica da unidade da escola e da existência de um tipo único de escolaridade. Para essa teoria, a escola não é única, nem unificadora, mas constituída pela

unidade contraditória de duas redes de escolarização: a rede de formação dos trabalhadores manuais (rede primário-profissional ou rede PP) e a rede de formação dos trabalhadores intelectuais (rede secundário-superior ou rede SS).

Ana Margarida Campello: Dualidade educacional

Disponível em: [Dualidade Educacional \(fiocruz.br\)](http://fiocruz.br)

Com a LDB n.º 4024, propõe-se a unificação do sistema de ensino brasileiro:

com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – Lei nº 4024, de 20/12/61– dá-se um importante passo no sentido da unificação do sistema de ensino e da eliminação do dualismo administrativo herdado do Império. Inicia-se pela primeira vez, uma relativa descentralização do sistema como um todo, concedendo-lhe considerável margem de autonomia aos estados e proporcionando-lhes as linhas gerais a serem seguidas na organização de seus sistemas, linhas estas que deveriam responder por uma certa unidade entre eles. (MENESES, 2002, p. 96)

No Brasil, o período de 1964 a 1988 marcado pela Ditadura Militar, atendendo aos interesses do Capital, se verificam mudanças nas escolas a partir de alterações na legislação brasileira, sendo revogada a LDB anterior e aprovada uma nova legislação, emoldurada nos princípios do novo regime, pautado na repressão e no autoritarismo.

O golpe de 1964 marcou profundamente a sociedade brasileira, dentre inúmeras questões, no tangente aos aspectos educacionais, foi instituída a prática da expansão do ensino sem compromisso com a qualidade da oferta, uma vez que a matrícula na educação básica cresceu vertiginosamente, sem que houvesse estrutura física e financiamentos adequados. Aliado a isso, não havia formação suficiente de profissionais para atender a essa nova demanda, abrindo considerável precedente para a expansão da educação pela via da iniciativa privada, conforme artigo 168 da Carta de 1967: “Sempre que possível, o Poder Público substituirá o regime de gratuidade pelo de concessão de bolsas de estudo, exigido o posterior reembolso no caso de ensino de grau superior” (BRASIL, 1967). Desse modo,

Na área educacional, apesar das reformas, o Estado se descomprometeu gradativamente de financiar a educação pública; os recursos foram comprometidos com o capital privado, repassando as verbas para as escolas particulares. A iniciativa privada dominou a pré-escola, avançou no 2º grau e predominou no nível superior. (ASSIS, 2012, p. 329)

O caráter tecnicista da educação, implementada pelo regime militar, propunha reordenar as estruturas pedagógicas com vistas a atender as demandas da lógica capitalista, primando pela eficiência e produtividade, atrelados a exploração e subordinação, para tanto, a educação cumpria disseminar e reproduzir as contradições sociais, reforçando a desigualdade a partir da alienação e repressão, sobretudo porque:

crianças desde tenra idade frequentam a escola e são-lhes sistematicamente inculcados as habilidades, os valores e a ideologia que se adaptam ao tipo de desenvolvimento econômico adequado à continuação do controle capitalista. Argumenta-se que através da escola e de outras instituições superestruturais, a classe capitalista reproduz as forças de produção (mão de obra, divisão do trabalho e divisão do conhecimento) e as relações de produção (CARNOY, 1984, p.16-17).

Em 1968 foi promulgada a Lei 5.540/68, que fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, assim a Reforma Universitária possibilitou ao governo maior controle das Instituições de Ensino Superior, reprimindo manifestações contrárias ao regime militar. Neste contexto, se intensificaram demissões, prisões de alunos, professores e reitores que se opunham ou manifestavam contrariedade à nova política e ideologia universitária: controle da massa e formação de mão de obra para o mercado de trabalho.

A desmobilização e repressão foram outorgadas nos artigos da Lei nº 5.540/68 com as propostas de seleção de candidatos via vestibulares unificados; instauração de regime de créditos, flexibilização para cursar disciplinas em diferentes departamentos, mudanças dos regimes das universidades federais de autarquias para fundações e pagamento de mensalidades.

Com efeito, a lei instituiu a departamentalização e a matrícula por disciplina com o seu corolário, o regime de créditos, generalizando a sistemática do curso parcelado. Ora, tais dispositivos, aparentemente apenas administrativos e pedagógicos, tiveram, no entanto, o significado político de provocar a desmobilização dos alunos que, não mais organizados por turmas que permaneciam coesas durante todo o curso, ficaram impossibilitados de se constituírem em grupos de pressão capazes de reivindicar a adequação do ensino ministrado aos objetivos do curso, bem como a consistência dos conteúdos transmitidos (SAVIANI, 2015, p. 94).

A expansão do ensino privado tornou-se instrumento do regime ditatorial para desonerar-se da responsabilidade educativa, formalizando-se num instrumento ideológico eficaz para a adaptação da sociedade em formação às regras de

comportamento impostas pelo novo regime. Desse modo, conforme aponta Fernandes (1989), o regime militar fundamentou-se em três ações precisas: mascarar uma reforma universitária com vistas a desmobilizar os movimentos sociais e descaracterizar o ensino superior, promovendo a expansão da oferta de ensino privado. As ações, em ordenamento, consistiram primeiramente em

preparar uma reforma universitária que era uma antirreforma, na qual um dos elementos atacados foram os estudantes, os jovens, os professores críticos e militantes. [...] Além disso, a ditadura usou um outro truque: o de inundar a universidade. Simulando democratizar as oportunidades educacionais no nível do ensino de terceiro grau, ela ampliou as vagas no ensino superior, para sufocar a rebeldia dos jovens, e expandir a rede do ensino particular. [...] Por fim, um terceiro elemento negativo foi introduzido na universidade: a concepção de que o ensino é uma mercadoria. O estudante não saberia o valor do ensino se ele não pagasse pelo curso. Essa ideia germinou com os acordos MEC-USAID, com os quais se pretendia estrangular a escola pública e permitir a expansão do ensino comercializado (FERNANDES, 1989, p.106).

Neste contexto, a universidade estava sendo emoldurada em consonância com os intentos e demandas do projeto de modernização em acordo com as exigências dos mecanismos internacionais de formação de mão de obra técnica.

Em agosto de 1971 foi promulgada a LDB 5692/71, que dentre suas propostas apresentou reformulação do ensino básico e mudança na nomenclatura, passando de ensino primário para ensino de 1º grau.

com a promulgação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases em 1971, houve alterações radicais na política educacional. As mais profundas foram a fusão dos antigos primário e ginasial num curso único de oito anos e reorganização de todo o ensino de 2º grau (antigo ginasial) para dar-lhe feição terminal profissionalizante (MENEZES, 2002, p. 1160).

A Lei apresentava por objetivo a oferta de ensino obrigatório para crianças e adolescentes, a partir de sete anos, instituindo a preparação para o trabalho e para a cidadania. O ensino posterior, ficou denominado como ensino de 2º grau, explicitando em seu artigo primeiro que

Art. 1º O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania (BRASIL, 1971).

A intencionalidade do governo militar era reduzir a demanda de busca por vagas no ensino superior e, conseqüentemente, os custos de investimento na universidade, a ideia era ofertar à sociedade cursos de profissionalização no ensino de 2º grau. Assim,

Os governos que sucederam o golpe de 1964 tinham como tônica a redução dos gastos governamentais com ensino. Para isso era necessário reduzir a demanda de ensino superior, que crescia de forma intensa. O instrumento foi a profissionalização universal e compulsória de todo o 2º grau. A necessidade de mão de obra não foi a motivação, isso era ilusório (Agência Senado, 2017).

A descontinuidade do ensino entre o nível primário e ginásial continuava presente na LDB 5692/71, pois apesar da extinção do exame admissional previsto na legislação anterior, o índice de crianças com acesso à escolarização era pequeno, uma vez que “em 1950, apenas 36,2% das crianças de 7 a 14 anos tinha acesso à escola” (GOLDEMBERG, 1993, p. 68) e após uma década, “em 1960, 45% das crianças iam à escola” (GOLDEMBERG, 1993, p. 93), ou seja, nenhuma novidade, conforme explicita Cunha (2017) em entrevista ao Senado Notícias, pois segundo ele, “algumas políticas educacionais na ditadura nada mais foram do que o prolongamento das que vinham sendo implementadas desde o Estado Novo e logo após, como a extinção do exame de admissão e a junção do primário ao ginásio”.

Durante o regime militar houve considerável expansão de escolas públicas, justificável pelo entendimento de que era preciso ofertar formação escolar minimamente necessária para a qualificação de mão de obra para o mercado de trabalho, em atendimento aos ideais do progresso que o regime objetivava. Porém, a ampliação da oferta de escolaridade não se deu na mesma proporção de qualidade.

A consolidação da sociedade urbano-industrial durante o regime militar transformou a escola pública brasileira porque na lógica que presidia o regime era necessário um mínimo de escolaridade para que o País ingressasse na fase do “Brasil potência”, conforme veiculavam slogans da ditadura. Sem escolas isto não seria possível. Entretanto, a expansão quantitativa não veio aliada a uma escola cujo padrão intelectual fosse aceitável. Pelo contrário: a expansão se fez acompanhada pelo rebaixamento da qualidade de ensino (BITTAR e BITTAR, 2012, p. 06)

Desse modo, a LDB 5692/71 “acabou por expressar de forma marcante a força de uma tendência pedagógica articulada a uma posição política de natureza

conservadora-reacionária, vale dizer, de minoria” (RIBEIRO, 2000, p. 193), uma vez que o ensino de qualidade era alcançado por uma pequena parcela da população, detentora dos privilégios que a posição social de sua família favorecia, ou seja, apenas os filhos da classe hegemônica frequentavam escolas de alto padrão e qualidade. Contudo,

Em meados dos anos 1970 iniciou-se um processo de abertura do debate sobre a educação brasileira e de crítica à Ditadura. Algumas universidades, escolas e entidades como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), foram palcos dessa abertura. Porém, foi no final da década que a ampliação das lutas pela democratização criou um contexto favorável à reorganização no campo educacional. Importantes entidades e instituições surgiram nesse período e tiveram um papel decisivo nessas lutas. Saviani (2007, p. 402-403) as caracteriza por dois vetores distintos: um, voltado para o significado social e político da educação, de defesa da escola pública de qualidade para todos, representado por entidades como a Associação Nacional de Pesquisa em Educação (Anped, 1977), o Centro de Estudos Educação & Sociedade (CEDES, 1978), e a Associação Nacional de Educação (ANDE, 1979); e outro, de caráter reivindicativo e perfil mais econômico-corporativo, representados, sobretudo, pela Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES, atual Andes-SN), e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Mais tarde, somar-se-ia a essas lutas a Federação das Associações de Servidores das Universidades Públicas (Fasubra). Do lado dos estudantes, também houve mobilização, tendo na UNE sua principal entidade. (MINTO, 2013, p.251)

Na segunda metade da década de 70 e início dos anos 80, o país apresentava-se economicamente fragilizado, com alto endividamento externo e escassez de recursos devido a diminuição da atividade econômica dos países que financiavam as economias periféricas, como o Brasil. Em relação ao dinamismo do período 1967-1973, agora em franco declínio:

A crise capitalista que se explicitou ainda na primeira metade dos anos 1970 abalou essa situação de relativo conforto. Gerando uma diminuição da atividade econômica nos países que forneciam tais capitais, resultou na escassez destes últimos e dificultou a manutenção no padrão vigente de financiamento das economias periféricas. O ciclo vicioso estava delineado: com menos acesso a capitais, tornou-se maior a necessidade de tomar novos empréstimos para financiar as atividades econômicas, o que, conseqüentemente, elevou o preço a ser pago por tais operações e o endividamento do país. (MINTO, 2013, p.249)

Os desequilíbrios no setor público e a situação de endividamento abalaram as bases da economia brasileira e propiciaram o agravamento da situação social no país, a queda no padrão de consumo, o desemprego e alta da inflação acirraram as tensões sociais e foram fatores preponderantes para a queda da ditadura no Brasil. Este contexto de abalo e declínio, de descontentamento interno e cenário externo de conjuntura desfavorável, forneceu condições para o vislumbre do avanço de ideais democráticos no país, pela Assembleia Nacional Constituinte:

O esgotamento do modelo introduzido pelos militares e pelas forças conservadoras produziu ventos democratizantes, que se robusteceram nos anos 1980, fazendo emergir vozes dissonantes, que ansiavam por uma nova condição para o país. Esta expectativa materializou-se quando da instalação da Assembleia Nacional Constituinte em 1985, com a criação de espaços de organização, especialmente através dos sindicatos, associações profissionais e outros movimentos sociais, que aspiravam por uma nova ordem social, possibilitando a emergência de propostas de reorganização do Estado. Reunindo entidades sindicais e científicas do campo da Educação, neste contexto, o “Fórum da Educação na Constituinte” foi responsável pela inserção na carta constitucional de 1988 do artigo 207, que associa os princípios de autonomia universitária e de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, enunciando-os como elementos constitutivos de um padrão de qualidade num projeto de universidade voltado para os interesses da maioria da população. (MAZILLI, 2011, p. 206)

Em novembro de 1985 a Assembleia Nacional Constituinte é convocada objetivando a elaboração de novo texto constitucional para expressar a realidade social pela qual passava o país, que vivia um processo de redemocratização com o fim do regime militar. Assim, em 5 de outubro, promulga-se constituição de 1988. Ao longo de sua história, o Brasil teve sete constituições: 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988, enquanto nos textos das constituições de 1824 e de 1891 as menções a educação são escassas, a partir da constituição de 1934 se verifica um aumento considerável nos artigos relacionados a educação e, por fim, na constituição de 1988⁴ isso se verifica sobremaneira:

⁴ Promulgada no dia 5 de outubro de 1988, durante o governo do então presidente José Sarney, a Constituição em vigor, conhecida por "Constituição Cidadã", é a sétima adotada no país e tem como um de seus fundamentos dar maior liberdade e direitos ao cidadão - reduzidos durante o regime militar - e manter o Estado como república presidencialista. As Constituições anteriores são as de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967. Das sete Constituições, quatro foram promulgadas por assembleias constituintes, duas foram impostas — uma por D. Pedro I e outra por Getúlio Vargas — e uma aprovada pelo Congresso por exigência do regime militar. Na história das Constituições brasileiras, há uma alternância entre regimes fechados e mais democráticos, com a respectiva repercussão na aprovação das Cartas, ora impostas, ora aprovadas por assembleias constituintes.
Fonte: Agência Senado Disponível em:

Em sintonia com o momento de abertura política, o espírito do texto é o de uma "Constituição Cidadã" que propõe a incorporação de sujeitos historicamente excluídos do direito à educação, expressa no princípio da "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola" (art. 206, I). Outras conquistas asseguradas são: a educação como direito público subjetivo (art. 208, § 1º), o princípio da gestão democrática do ensino público (art. 206, VI), o dever do Estado em prover creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade (art. 208, IV), a oferta de ensino noturno regular (art. 208, VI), o ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive aos que a ele não tiveram acesso em idade própria (art. 208, I), o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências (art. 208, III). (LIMA; SANTOS; ARRUDA, 2016, p.05)

Em 1996, decorrente das premissas da Constituição Cidadã de 1988, é promulgada a LDB 9394/96, vigente até a atualidade, a qual trouxe em seu bojo a oferta de ensino universal, gratuito e obrigatório. Saviani refere-se à LDB 9394/96 enquanto "uma importante conquista no sentido de se caminhar em direção a um verdadeiro sistema nacional de educação abrangente e universalizado, isto é, capaz de garantir a plena escolaridade a toda à população do país" (SAVIANI, 1997, p. 210).

O artigo 205 da LDB 9394/96 assegura a educação como direito de todo cidadão, inclusive aos que não tiveram acesso a ela em idade própria e dever do Estado e da família, tendo por princípios o desenvolvimento e preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o mercado de trabalho. O ensino fundamental, obrigatório a partir dos sete anos, passa a ter oferta de oito anos e o 2º grau passa a ser nomeado como ensino médio, tendo duração de três anos.

Na perspectiva de melhorias, ampliação e universalização do ensino ofertado, em 2001 o Plano Nacional da Educação Lei nº 10.172/01, estabelece em uma de suas metas para a década (2001-2010) a ampliação do ensino fundamental para nove anos, iniciando-se obrigatoriamente aos seis anos de idade. O cerne da questão relativa ao ensino de nove anos é a reorganização pedagógica, vislumbrando a criança enquanto sujeito em desenvolvimento e formação, respeitando-a nestes termos, enquanto sujeito de direitos.

LEI Nº 11.114, DE 16 DE MAIO DE 2005.

Altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade.

A Lei federal nº 11.114/2005, de 16 de maio de 2005 alterou os artigos 6º, 30, 32 e 87 da LDB 9394/96, tornando obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade, trazendo à luz significativos conflitos na área educacional, especialmente porque sua redação trazia a obrigatoriedade da matrícula de crianças aos seis anos de idade no ensino fundamental, o que destoava com o artigo 32 da LDB 9394/96, que mantinha a estrutura do ensino fundamental com duração de oito anos. Diante de tal impasse, o Conselho Nacional de Educação reexaminou o Parecer 24/2004 e homologou o Parecer 06/2005, ampliando o ensino fundamental obrigatório para nove anos, a partir dos seis anos de idade.

Ainda que os pontos conflitantes estivessem reexaminados e reelaborados, outro impasse se apresentou em 2006, quando a Lei nº 11.274/06 fixou prazo final para a implementação da ampliação do ensino fundamental de nove anos, obrigando aos Municípios, Estados e ao Distrito Federal a ampliação da oferta de vagas até 2010 e neste combo, incluía-se a falta de tempo hábil para esclarecimentos aos pais e às crianças e formação adequada aos profissionais de educação, pois

A lei da obrigatoriedade de ingresso aos 6 anos (Lei Federal nº 11.114) foi aprovada sem que houvesse uma adequação do sistema de ensino, e todos (secretarias estaduais e municipais assim como escolas públicas e privadas) foram induzidos a receber as crianças que estavam fora da escola sem ter conseguido preparar os professores, os pais e as próprias crianças (BARBOSA, DELGADO e COLS, 2012, p.25)

A Lei nº 11.274/06 desencadeou discussões relativas a formação de profissionais em educação, com vistas a “atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase de desenvolvimento do educando” (BRASIL, 1996). Neste contexto, discutiu-se acerca do profissional da educação e sua formação, uma vez que se levantaram questionamentos quanto a natureza do trabalho pedagógico e da docência.

Freitas (1992) pontua que há distinção entre trabalho pedagógico e docência, uma vez que a docência “é apenas uma das formas de se desenvolver o trabalho

pedagógico e um dos aspectos da atuação do profissional da educação” (FREITAS, 1992, p.09), afirmando ainda que profissional da educação em essência é o profissional “preparado para desempenhar determinadas relações no interior da escola ou fora dela, onde o trato com o trabalho pedagógico ocupa posição de destaque, constituindo mesmo o núcleo central de sua formação” (FREITAS, 1992, p.08).

Corroborando Freitas (1992), Cunha (2007) enfatiza que a docência é em si ação complexa que demanda de conhecimentos que embasem, justifiquem e sustentem a atividade profissional, não havendo espaço para improvisos ou ações espontaneístas, ou como define, à docência não admite a mera reprodução dos saberes a partir de amadorismos. Neste sentido:

docência é uma ação complexa [...] como atividade profissional, exige a condição de saber justificar as ações desenvolvidas, recorrendo a uma base de conhecimentos fundamentados, a uma argumentação teoricamente sustentada. Nesse sentido, o exercício profissional da docência requer uma formação específica capaz de identificar a condição amadora da profissão, condição essa que tende a manter os processos culturalmente instalados e cotidianamente reproduzidos (CUNHA, 2007, p. 22)

Importa ressaltar que a ação docente se constitui em processo dinâmico, contínuo, resultante de construção social e historicamente elaborada, não estática, vinculada as especificidades de cada época, com vistas a efetivação de práxis pedagógica fundamentada na emancipação humana. Partindo de uma concepção de mundo, homem, sociedade e educação condizente com os interesses das camadas menos abastadas é que a ação pedagógica promove ações que contribuem para a transformação social. Neste sentido, a busca pelo reconhecimento do educador enquanto como um profissional pleno, se constitui objeto de luta. Para a Associação Nacional, em referência ao profissional da educação: Faz-se necessário, portanto, compreender que

O educador [...] é aquele que: - tem a docência como base da identidade profissional; - domina o conhecimento específico de sua área, articulado ao conhecimento pedagógico, numa perspectiva de totalidade do conhecimento socialmente produzido, que lhe permite perceber as relações existentes entre as atividades educacionais e a totalidade das relações sociais em que o processo educacional ocorre: - é capaz de atuar como agente de transformação da realidade na qual se insere. (ANFOPE, 1998, p. 13)

Ainda acerca da complexidade e responsabilidade que envolve a ação e função de educador, há que “se compreender que numa visão emancipadora, não só transformam a informação em conhecimento e em consciência crítica, mas também formam pessoas” (GADOTTI, 2003, p.3). Importa destacar que a educação é uma prática social mediatizada, “materializada numa atuação efetiva na formação e desenvolvimento de seres humanos, em condições socioculturais e institucionais concretas” (LIBÂNEO, 2008, p.14). Desse modo, reafirmamos que a prática educativa constitui-se em ação imbuída de intencionalidade e o educador é o profissional que atua para mediar a construção do conhecimento, impulsionando o educando a tornar-se sujeito ativo em seu processo educacional.

Com todos os avanços possíveis de se observar na LDB n. 9394/96, forjada no embate de interesses antagônicos, é necessário contextualizar o período de sua gestão ocorrida nos anos 1990, no Brasil, sob o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, vivia uma década fortemente marcada pela disseminação de políticas de cunho neoliberal, que na educação privilegiou a lógica mercadológica, conforme se pode observar:

Ao mesmo tempo e sob pressão de organismos multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID), o então Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, ex-vice-diretor do BID em Washington, conduz o quase desmonte do “setor” federal da educação superior, congelando os recursos financeiros e salários, e não criando nenhuma Ifes ao longo de dois mandatos presidenciais (1995-2002). Nesse mesmo tempo patrocinava o arcabouço jurídico – Decretos 2.207 e 2.306 de 1997 – para a legalização do “negócio” da educação superior. Nisto seguia à risca as recomendações do Banco Mundial que, mediante três documentos – Financing education in developing countries – An exploration of policy options (WORLD BANK, 1986), de 1986; Higher education: the lessons of experience (WORLD BANK, 1994), de 1994; e The financing and management of higher education – A status report on worldwide reforms, (WORLD BANK, 1998) – disseminava algumas “teses” que respaldariam as ações de governos dispostos a dar consequência ao ajuste neoliberal no campo educacional. (SGUISSARDI, 2015, p. 873)

No período compreendido entre 1995 e 2010, amparada pelo novo ordenamento jurídico, a educação superior no Brasil apresenta um progressivo quadro de privatização da formação docente pela via por meio do crescimento das instituições de ensino privadas, especialmente pela expansão do ensino a distância, o que promoveu alterações substanciais em relação a qualidade da oferta dos

cursos que habilitam profissionais para educação, especialmente para a docência na educação infantil e na primeira etapa do ensino fundamental.

O alinhamento do Estado frente aos interesses da economia de mercado, prioriza a racionalização dos gastos públicos em educação com base em um sistema de facilitação jurídica para expansão do ensino superior e pela promoção da parceria entre os entes público e privado que suprime direitos e conquistas sociais num intenso processo de terceirização e mercantilização da educação. Assim, assevera-se que:

Frustradas, no entanto, as tentativas para retirar da Constituição o art. 207, que tornava obrigatória a existência de ensino, pesquisa e extensão em todas as Instituições de Ensino Superior do país, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), n. 9394/96, em seu art. 45, ao estabelecer que “a educação superior será ministrada em Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas, com variados graus de abrangências ou especialização”, abre caminho para que, através do decreto n. 2.306/97, fosse introduzida uma nova tipologia das Instituições de Ensino Superior. Nessa tipologia fica mantida a exigência de cumprimento do art. 207 da Constituição Federal às universidades criando, porém, a figura dos Centros Universitários e dos Institutos Superiores de Educação que, tal como os institutos e faculdades isoladas, podem prescindir da pesquisa e da extensão, valendo-se apenas do ensino para exercer sua função educativa. Esta foi a forma encontrada pelos legisladores para atender também os interesses de mantenedoras do setor privado, posto que estes modelos permitem grande redução nos custos dos serviços oferecidos por estas instituições, se comparados às universidades, que devem garantir as três funções, organicamente associadas, além de cumprir exigências como corpo docente titulado e contratado em regime de dedicação, com produção intelectual qualificada (MAZILLI, 2011, p. 216).

A indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, bandeira defendida pelos movimentos sociais na elaboração da constituição de 1988 foi, entre outros, nas décadas seguintes, empecilho “oneroso” a ser combatido pelo ideário neoliberal que pautava as políticas para a educação naquele período. Em relação ao ensino superior, interessava minimizar custos e repassar para as esferas privadas, compromissos que deveriam ser prioritariamente públicos. Nesse contexto, o que se verificou no Brasil foi que:

O total de IES de 1999 a 2010 passa de 1.097 para 2.378, com 116% de crescimento. Mas as IES públicas aumentam em número apenas 44,8%, isto é, de 192 para 278, enquanto as IES privadas têm aumento de 132%, isto é, passam de 905 a 2.100, e, dentre estas, as IES comunitárias ou confessionais têm uma redução de 34%, ou

seja, passam de 379 para 250, enquanto as IES particulares ou com fins de lucro têm um aumento de 252%, mais do que dobro do total das IES do país (116%), isto é, passam de 526 para 1.850. As proporções que eram, em 1999 – 17,5% públicas; 34,5% comunitárias ou confessionais; e 48% particulares ou com fins de lucro – passam, em 2010, para: 11,7% públicas; 10,5% comunitárias ou confessionais; e 77,8% particulares ou com fins de lucro. (SGUISSARDI, 2015, p. 882)

A política de priorização do Capital frente aos direitos fundamentais no Brasil, dentre eles a educação, impactou diretamente na qualidade da formação dos quadros docentes no país. É possível observar, no incentivo legal para expansão do ensino superior, uma tentativa de romper o compromisso do financiamento público, já notadamente insuficiente, com esta etapa da educação. Resta evidente com isso, a promoção de um ensino de qualidade (nas universidades públicas) possível a uma pequena parcela da população e um ensino aligeirado/de curta duração, a distância, semipresencial, desobrigado de compromisso com a pesquisa e extensão e de qualidade questionável para as camadas menos abastadas da sociedade.

1.2 O ARTIGO 62 DA LDB 9394/96 E OS DESDOBRAMENTOS DE SUA INTERPRETAÇÃO EQUIVOCADA

A História da Educação no Brasil tem sua trajetória marcada por ausência de políticas de educação voltadas à formação de professores até meados de 1835, quando foi criada na Província do Rio de Janeiro, a primeira escola normal brasileira. A Lei nº 10 de 1835 determinava sua implementação para que fossem habilitadas as pessoas que se destinassem “ao magistério da instrução primária e os professores existentes que não tiverem adquirido necessária instrução nas escolas de ensino mútuo, na conformidade da Lei de 15/10/1827”, e os interessados em ingressar na escola normal deveriam responder aos critérios exigidos, ou seja, “ser cidadão brasileiro, ter 18 anos de idade, boa morigeração e saber ler e escrever” (MOACYR, 1939, p. 191).

Em 1931, um século depois da criação da primeira escola normal no Brasil, foram estabelecidos padrões de organização do ensino superior a partir do Estatuto das Universidades Brasileiras, período em que a Escola de formação de Professores

de São Paulo foi incorporada pela Universidade de São Paulo (USP) e a Escola de Formação de Professores do Distrito Federal pela Universidade do Distrito Federal, ficando então a cargo das universidades a oferta de formação de profissionais da área de educação. Deste modo, “aos cursos de Licenciatura coube a tarefa de formar professores para as disciplinas específicas que compunham os currículos das escolas secundárias; e os Cursos de Pedagogia ficaram com o encargo de formar os professores das Escolas Normais” (SAVIANI, 2005, p.17).

A Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras foi criada em 1939 e constituiu-se modelo padrão para as demais universidades. O curso de Pedagogia teve oferta de bacharelado e licenciatura, com habilitação para docência no ensino secundário. O curso, com duração de três anos, capacitava o Bacharel em Pedagogia, que se destinava a ocupar cargos técnicos da educação e, com um ano a mais, o formando poderia ser habilitado à docência.

Neste contexto, a formação dicotômica do Pedagogo criava um distanciamento entre os profissionais que exerciam funções administrativas e burocráticas e aqueles que efetivamente atuavam na docência, evidenciando assim uma lacuna que por muito tempo se fez presente entre a teoria e a prática. Assim, o bacharel seria o técnico em educação e o licenciado em Pedagogia poderia lecionar as matérias pedagógicas do curso normal. Durante quase duas décadas, o curso de Pedagogia manteve-se em seu formato original, sem alterações relevantes. A oferta de curso de pedagogia ocorria exclusivamente nas Instâncias Superiores.

A Lei de Reforma Universitária (Lei nº 5.540/68) ampliou especializações no curso de Pedagogia ofertado nas Instâncias Superiores, inserindo nele Orientação, Supervisão, Inspeção e Administração Escolar. No entanto, a formação de professores para lecionar na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental continuava desfavorecida, situação que se estendeu até início dos anos 1980, quando movimentos centrados nas ideias de redemocratização, em repúdio ao modelo pedagógico fragmentado, mobilizaram-se para que o curso de Pedagogia assumisse a docência como identidade profissional.

O período de 1960-1964 é considerado “a etapa do capitalismo brasileiro dedicada aos investimentos em educação alicerçados no ideário tecnicista” (BRZEZINSKI, 1996, p. 58), uma vez que a ideologia tecnicista passou a orientar a política educacional no Brasil, fundamentada no pensamento de formação de mão

de obra para o mercado de trabalho, em atendimento às demandas do processo de desenvolvimento econômico proposto para o país. Neste contexto, a formação de pedagogos, diante do parecer do Conselho Federal de Educação n. 252, de 1969, propunha a formação de professores para o ensino normal mediante licenciatura e de especialistas para funções burocráticas de orientação, administração, supervisão e inspeção, reafirmando na formação a dicotomia do trabalho pedagógico.

Diante da sectarização da formação de professores, e na busca da construção de uma identidade profissional, movimentos sociais em defesa da formação pedagógica se intensificaram no período de 1979 a 1998. O principal objetivo dos movimentos organizados por professores e acadêmicos de diversos cursos, inclusive de Pedagogia, movimentos como os da União Nacional dos Estudantes – UNE-, por exemplo, eram a resistência às reformas impostas pelo regime militar que “a partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios da racionalidade e eficiência e produtividade” (SAVIANI, 2009, p. 11) inseria nas mentes infantis a ideologia da classe dominante através da disciplina dos corpos.

Neste ambiente de intensas lutas e também em decorrência delas, em 1996 é promulgada a LDB 9394/96 que promove significativas mudanças na educação nacional, tendo em seu artigo 62 a mais expressiva delas, pois define que a formação dos docentes para atuação na Educação Básica será em nível superior. Define também que

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 1996)

Os movimentos coordenados por docentes e estudantes de Pedagogia ganharam força e intensidade até que em 2006, com a aprovação da Resolução 01/2006 do Conselho Nacional de Educação, em seu Artigo 4º, define o seguinte:

Art. 4º O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na

área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Embora ainda haja gargalos, como a necessidade de definição clara do papel do pedagogo unitário, as dicotomias históricas relativas à função pedagógica foram deslindadas na resolução do CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006 (BRASIL, 2006), “a dicotomia entre supervisor, orientador e professor, que gerava uma separação entre teoria e prática, porque o professor era visto como mero executor de deliberações da equipe pedagógica, agora parece superada nas novas diretrizes” (MORAES, ANDRÉ e TERUYA, 2011, p. 109).

E na redação do Inciso Primeiro, registra que a função pedagógica compreende todo o processo educacional, perpassando ações administrativas e docente, abarcando amplamente a ação educativa, deste modo:

§ 1º Compreende-se à docência como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo.

Diante da determinação legal, que a nova LDB inaugurava, a oferta de cursos de Pedagogia aumentou, a procura pela formação superior também. Frente interpretação da redação do Artigo 62 que determina que “A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação”, ocorreu o entendimento equivocado em relação aos profissionais que possuíam o Magistério (curso Normal) e que atuavam na docência da Educação Infantil e nas séries Iniciais. Assim:

Ainda que esse artigo da LDB não tratasse de profissionais já concursados e contratados, como é o caso dos professores municipais, vários destes que naquela época possuíam apenas o Ensino Médio interpretaram que se não cursassem uma graduação, e especificamente em Pedagogia, até o ano de 2006, seriam então demitidos (SOUZA; SANTOS, 2015, p.47)

O entendimento equivocado de que tais profissionais deveriam cursar o ensino superior para manterem-se no desempenho de suas atividades profissionais

de docência, desencadeou uma demanda superior à oferta de vagas em cursos de Pedagogia, ocasionando assim o alastramento de cursos à distância e de curta duração.

Licencio-me agora para relatar um depoimento pessoal, presenciei esse cenário quando, na época, atuava como docente do ensino fundamental no sistema municipal de ensino em Foz do Iguaçu. Circulava nos corredores das escolas essa interpretação errônea do Artigo 62 da LDB. Tal interpretação, levou docentes, em sua grande maioria mulheres, a busca por formação superior até mesmo no estado de São Paulo. As docentes que tinham suporte financeiro que permitia esse deslocamento, ministravam suas aulas durante a semana, e no final dela, lotavam ônibus em caravanas para outro estado, para como dizia-se, para “fazer faculdade em Presidente Prudente”.

Muitos oportunistas do mercado educacional vislumbraram nesta redação da lei uma oportunidade para criar e/ou expandir suas fronteiras, com ofertas de cursos a custo variado e qualidade duvidosa, com carga horária realizada em intensivos de finais de semana e feriados.

Como mencionei acima, professores que atuavam na docência, sem formação superior, foram em busca de qualificação e muitos, após desprendimento de esforços, tempo e recursos (viajavam para outras cidades, tendo acrescido além da mensalidade, custo de transporte, alimentação e hospedagem), foram surpreendidos, em alguns casos, com a certificação inválida. Algumas pessoas só souberam da invalidade do diploma, ao serem impedidos pelo não atendimento de edital ao concorrer a vaga em concurso público para docente de 1º a 4º série do ensino fundamental (conforme nomenclatura da época). Assim, cabe refletir que:

As atuais políticas para formação de professores têm sofrido um processo de desqualificação. Este processo se amplia com a criação dos institutos de educação superior pela nova LDB, Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), porque abre uma brecha para a propagação de cursos da rede privada que, com raras exceções, não aliam ensino, pesquisa e extensão, fatores de suma importância para uma formação consistente. (MORAES, ANDRÉ e TERUYA, 2011, p. 108)

Os desembargadores que integram a 4ª e a 5ª Câmaras de Direito Público do Tribunal de Justiça do Paraná aprovaram em novembro de 2010 o enunciado a

propósito dos certificados emitidos pela Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu – VIZIVALI, localizada na cidade de Dois Vizinhos, Paraná, conforme se vê:

ENUNCIADO N.º 01: Em concurso público para o cargo de professor, o certificado emitido pela Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu – VIZIVALI, referente ao Programa de Capacitação para a Docência das Séries Iniciais do Ensino Fundamental (1.ª a 4.ª séries), não pode ser aceito como prova de habilitação em curso superior por falta de seu reconhecimento pelo MEC. (MINISTÉRIO PÚBLICO PARANÁ, 2010)

Quando as políticas educacionais não expressam contribuição para superação frente as problemáticas condições reais de vida da sociedade, falham em efetivar a essência da educação, portanto, contribuem para a expansão da crise educacional, ampliando as lacunas existentes entre a educação dos filhos da classe hegemônica e a educação dos filhos da classe trabalhadora, porque a participação ativa de alunos e sociedade ocorre quando a escola está vinculada à vida e aos interesses dos grupos sociais que a frequentam. Neste aspecto, é válido refletir acerca da trajetória histórica do curso de Pedagogia no Brasil, os caminhos percorridos e os que estão sendo trilhados, pois é certo de que

O curso de pedagogia, no percurso de sua existência, talvez pela própria amplitude da área que o denomina, foi se amoldando aos interesses hegemônicos dos projetos educativos vigentes. A opção histórica que faz sentido configurar neste momento é aquela que resulta de um trabalho de mediação que não apenas contemple uma discussão conceitual, mas também a complexidade histórica do curso, e o seu papel no encaminhamento das questões educacionais (SCHEIBE; AGUIAR, 1999).

Nessa perspectiva, coadunamos com Scheibe; Aguiar (1999) e com Romanelli (2012) que pontuam acerca dos interesses hegemônicos que regem as políticas educacionais e influem na formação da sociedade em detrimento de seu viés histórico. É sabido que o mesmo discurso que defende publicamente a educação igualitária, democrática, gratuita e de qualidade entoa nos bastidores dos gabinetes vozes discordantes do que é acenado em público, pois:

ainda que os objetivos verbalizados do sistema de ensino visem a atender aos interesses da sociedade como um todo, é sempre inevitável que as diretrizes realmente assumidas pela educação escolar favoreçam mais as camadas sociais detentoras de maior

representação política nessa estrutura. Afinal, quem legisla, sempre o faz segundo uma escala de valores próprios da camada a que pertence, ou seja, segundo uma forma de encarar o contexto e a educação, forma que dificilmente consegue ultrapassar os limites dos valores inerentes à posição ocupada pelo legislador na estrutura social. Daí por que o poder político, vale dizer, a composição das forças nele representadas, tem atuação e responsabilidade direta na organização formal do ensino. (ROMANELLI, 2012, p. 30)

Assim, a partir do final da década de 1990, com os rumos da formação superior facilitadas a esfera privada pelo governo federal, e também frente aos desdobramentos decorrentes da interpretação equivocada do Artigo 62 da LDB n. 9394/96, parte das docentes no município de Foz do Iguaçu que reuniam condições econômicas e também de organização familiar (ter com quem deixar os filhos (as) menores para cruzar fronteiras) iam em busca de formação até mesmo em outro estado. E, justamente aqui, nos cabe uma reflexão: e aquelas que não reuniam essas condições, que caminhos tomaram?

1.3 UNIOESTE, UNIVERSIDADE PÚBLICA, GRATUITA E DE QUALIDADE: UMA CONQUISTA PARA FOZ DO IGUAÇU E PARA O OESTE PARANAENSE.

Foz do Iguaçu foi inicialmente nomeada Distrito de Iguassu em 1910, subordinada ao município de Guarapuava. Em 1914 foi constituída distrito sede da antiga colônia de Foz de Iguassu e em 1917 foi elevada à condição de cidade, com a denominação de Foz do Iguaçu. Com população estimada em 2019 de 256.088 pessoas, é uma cidade considerada de multinacionalidades, uma vez que abraça cerca de 72 grupos étnicos, dentre eles, os italianos, alemães, hispânicos (argentinos e paraguaios), chineses, ucranianos e japoneses.

Considerada um dos três destinos turísticos mais visitados no país, Foz do Iguaçu tem no turismo sua principal fonte de renda, alavancando assim o comércio e a prestação de serviços. Cidade de Tríplice Fronteira, faz divisa com Paraguai e

Argentina, situação que fortalece laços comerciais e turísticos entre os países, recebendo a denominação de Região Trinacional do Iguaçu⁵.

Ao final da década de 1970, Foz do Iguaçu registrou crescimento notório, em razão da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, considerada a maior geradora de energia limpa e renovável do planeta. A população de Foz do Iguaçu em 1970 era de 33.970 pessoas e em 1980 passou para 136.320 habitantes, registrando um crescimento de 385% em uma década.

Diante desta realidade multicultural decorrente da expansão populacional e a necessidade de profissionais qualificados para atender as demandas sociais nas mais diversas áreas, inclusive as educacionais, fomentou a sociedade Iguaçuense a criar em 1.977 a Fundação Educacional de Foz do Iguaçu -FUNEFI, que gerenciava a criação e manutenção de cursos superiores no município. Em 1978 iniciaram-se as atividades da Faculdade de Ciências Sociais de Foz do Iguaçu – FACISA, com a oferta dos cursos de Ciências Contábeis e Administração com habilitação em Comércio Exterior.

No entanto, a educação não foi contemplada a priori, uma vez que aos olhares dos gestores e empresários da cidade, outras demandas de mercado eram mais urgentes, pois era notório no crescimento urbano o conseqüente desenvolvimento econômico. Desse modo, era imprescindível “a ampliação do nível de escolarização no mínimo de parte da população para dar conta da crescente necessidade de conhecimentos determinados pela nova realidade social e econômica” (PINZAN, 2007, p.51). O primeiro curso voltado à formação de professores para atender a demanda educacional foi Letras, implantado em 1985 (seis anos após a criação dos primeiros cursos).

Foz do Iguaçu vivia um contexto específico, marcado pelo comércio de fronteira e pelo turismo, além da intensa movimentação desencadeada pela construção da Itaipu. Por isso, os primeiros cursos implantados não foram de formação de professores, mas na área do desenvolvimento econômico. Junto à implantação do ensino superior, foi autorizado, em 1979, o funcionamento dos dois primeiros cursos: Administração e Ciências Contábeis. Em 1985, foram implantados os cursos de Letras e de Turismo. A partir de 1994, como universidade instituída, foi implantado o curso de Ciências da

⁵ PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO SUSTENTÁVEL. Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, 2016. Disponível em <http://www.cmfi.pr.gov.br/pdf/projetos/2565_3.pdf> Acesso em 14 de setembro de 2020.

Computação. Em 1998, foram implantados os cursos de Letras Português/Espanhol, Engenharia Elétrica e Matemática. Finalmente, em 1999, foi implantado o curso de Hotelaria. (PINZAN, 2007, p.51)

A primeira universidade pública da cidade de Foz do Iguaçu surgiu a partir da fusão de quatro Faculdades Municipais: FECIVEL (Cascavel), FACISA (Foz do Iguaçu), FACIMAR (Marechal Cândido Rondon) e FACITOL (Toledo), mediante convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, os municípios-sede das IES (Cascavel, Toledo, Foz do Iguaçu e Marechal Cândido Rondon) e as fundações municipais, e então foi assinado o termo de compromisso para a estadualização, no dia 08 de maio de 1986. Contudo, sua formalização ocorreu no ano de 1994, formando a UNIOESTE, instituição multicampi. Em 1998 a Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão (Facibel) foi incorporada à Unioeste por meio da Lei Estadual nº 12.235, de 24 de julho de 1998.

A Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste é universidade regional multicampi, formada por 05 Campi, localizados nos municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Marechal Cândido Rondon e Toledo. Inicialmente resultante da congregação de faculdades municipais isoladas, criadas em Cascavel (FECIVEL, 1972), em Foz do Iguaçu (FACISA, 1979), em Marechal Cândido Rondon (FACIMAR, 1980) e em Toledo (FACITOL, 1980). Em 24/07/1998, por meio da Lei Estadual nº 12.235/98, foi autorizada a incorporação da FACIBEL à Unioeste e o Decreto Estadual 995/99 institui o Campus de Francisco Beltrão. A Unioeste abrange um total de 94 municípios sendo 52 municípios na região oeste e 42 municípios na região sudoeste do Paraná. A Unioeste obteve seu reconhecimento como Universidade por meio da Portaria Ministerial nº 1784-A, de 23 de Dezembro de 1994, e do Parecer do Conselho Estadual de Educação nº 137/94. Em Dezembro de 2000, houve a transformação de Hospital Regional de Cascavel em Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP e a transferência deste para a Unioeste, por meio da Lei 13.029/2000, de 27 de Dezembro de 2000 dando suporte as atividades dos cursos de medicina, enfermagem, farmácia, fisioterapia e odontologia. (UNIOESTE, 2020)

A história de conquista da universidade para a região oeste paranaense é permeada por lutas e embates, pois a estadualização das quatro faculdades mencionadas não era de interesse do governo de estado, que por anos conseguiu travar esse processo, pautando-se em leis federais que impediam a criação de novas universidades. Muito embora o governo de José Richa propusesse em suas políticas educacionais a ampliação e melhoria do ensino público, o ensino superior

não se configurava prioridade, e sim “a retomada do ensino público gratuito, especialmente o de primeiro grau, garantindo a oferta mediante a sua expansão, conservação, reparo da rede e sua melhoria qualitativa” (CUNHA, 2005, p. 234). Após extenuantes lutas políticas, o movimento empenhado em erigir a Universidade Estadual do Oeste do Paraná, enfim, reuniu apoio a partir de integração regional.

Extrapolando os muros das faculdades, o movimento conseguiu uma integração regional em prol de um único objetivo, a universidade, onde prevalecia o bem maior para o coletivo sobre o individual. Obteve apoio, de entidades sociais, como sindicatos, cooperativos, associações, a igreja católica, políticos da região, da imprensa local e regional, entre outros. E foi essa integração que fortaleceu o movimento e que pressionou os governos da década de 80 garantindo a estadualização (BALBINOTTI e KUIAVA, 2007, p.119).

Atualmente, a Unioeste oferta o seguinte:

64 cursos de graduação, distribuídos em 69 turmas, pois alguns cursos são ofertados em mais de um turno, nos seus 05 (cinco) Campi. Oferta ensino de pós-graduação em: 37 programas de Mestrado, 13 programas de Doutorado e 30 cursos de especialização. Ressalta-se que os cursos de especialização não são permanentes, portanto, há variação na quantidade de cursos ofertados (UNIOESTE, 2018, pg. 17).

A presença da Unioeste na região Oeste do Paraná marca sua relevância social, pois sendo uma instituição pública, gratuita e multicampi, possui a missão de “produzir, sistematizar e socializar o conhecimento, contribuir com o desenvolvimento humano, científico, tecnológico e regional, e comprometer-se com a justiça, a democracia, a cidadania e a responsabilidade social” (UNIOESTE, 2018, pg. 34).

1.4 PERCURSOS PARA CRIAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU

O curso de Pedagogia da Unioeste campus Foz do Iguaçu, tem sua gênese na intensa mobilização de docentes do sistema municipal de ensino na busca pela oferta de um curso de formação superior:

em função da demanda e organização dos professores da rede municipal da cidade, em decorrência da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96, que, em

seu artigo 87 das Disposições Transitórias, criava a década da educação a se iniciar em 1997 e terminar em 2006, prazo no qual, segundo o § 4º do mesmo artigo, somente seriam admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço. (SOUZA, SANTOS, 2015, p. 46)

Esse entendimento equivocado acerca dos artigos 62 e 87 das Disposições Transitórias da LDB n. 9396/96, contribuiu grandemente para que o curso de Pedagogia fosse criado no campus de Foz do Iguaçu em 1999. Utilizando-se um termo popular na história em curso, pode-se dizer que a “*FakeNews*” de que docentes já contratados poderiam ser demitida (o) s caso não tivessem formação superior, disseminada entre profissionais da área da educação com formação apenas em nível médio (Magistério), impulsionou a busca pela implementação do curso.

A exemplo das caravanas que saíam de Foz do Iguaçu rumo a cidade de Presidente Prudente, no Estado de São Paulo, conforme menciona-se anteriormente, e que não incluía aqueles que não dispunham de condições financeiras ou organizacionais (em relação a família) para viajar para outras localidades, diversos outros fatores foram se somando e dando corpo para a luta pelo curso de Pedagogia na cidade de Foz do Iguaçu.

Como preponderantes para a organização popular pela demanda de um curso de Pedagogia no município de Foz do Iguaçu, destacam-se as dificuldades em custear a formação superior privada e o espectro das demissões que assombrava as docentes das escolas municipais. Conforme relato da professora Dra. Silvana Aparecida de Souza, docente do curso de Pedagogia, em *live* comemorativa dos 20 (vinte) anos do Curso, ocorrida no dia 08 de agosto do ano 2020, no referido município, as professoras, (mulheres em sua grande maioria) buscaram apoio político para externar a problemática que viviam em suas carreiras diante da crença equivocada de uma possível exoneração. Assim:

O curso de Pedagogia da Unioeste em Foz do Iguaçu tem sua origem histórica vinculada ao movimento dos educadores das escolas públicas que, através de seu posicionamento, buscaram a criação de um curso comprometido com a formação de professores. Desde agosto de 2000 foram implementadas, gradativamente, as primeiras turmas de pedagogos da Unioeste, que se formaram em 2004. O perfil do curso está intrinsecamente associado às necessidades regionais. Além disso, busca atender aos vários sistemas de ensino (MORAES, ANDRÉ e TERUYA, 2011, p. 111).

À época, a Professora Dra. Silvana Aparecida de Souza, que atuava com disciplinas pedagógicas na licenciatura de Letras-português, era a única professora no campus de Foz do Iguaçu com formação em Pedagogia e, por esse motivo, foi incumbida de “redigir o texto da justificativa do projeto de lei que propunha a criação do curso de Pedagogia, que após aprovado como lei, serviu de base para o decreto governamental de criação do curso” (SOUZA; SANTOS, 2015, p.47). Diante da urgência de sua criação:

O funcionamento do curso foi autorizado então pelo Decreto Estadual 1.384/99, de 20/10/99 e o reconhecimento outorgado pelo Decreto Federal nº. 77.308/76. Foi criado inicialmente com oferta de 50 vagas, na condição de extensão de vagas do curso do campus de Cascavel. Por esse motivo ocorre esse fato estranho do curso ter seu reconhecimento com data anterior a da sua autorização de funcionamento. (SOUZA; SANTOS, 2015, p.47)

Devido a estrutura física das salas de aula não serem propícias para acomodar 50 estudantes, foi solicitado que nos vestibulares seguintes o número de oferta de vagas fosse diminuído de 50 para 40.

Dadas as dificuldades devido a composição do corpo docente deficitário em quantidade para o montante de trabalho burocrático necessário a ser feito, inicialmente o curso de Pedagogia no município de Foz do Iguaçu, foi criado como extensão do curso de Pedagogia já existente no campus da cidade de Cascavel. Passados quatro anos de existência e com o corpo docente minimamente estruturado, foram abertas as discussões para a elaboração do Projeto Político - Pedagógico (PPP) próprio do curso de Foz do Iguaçu. Desse modo:

O PPP próprio de Foz do Iguaçu foi elaborado, tramitou e sua nova Estrutura Curricular foi aprovada. As características fundamentais desta reformulação foram o aumento da carga horária total do curso, situação que propiciou o aumento da carga horária das disciplinas relacionadas à teoria e prática da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, introdução das disciplinas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), a retirada da Literatura Infantil, e a introdução do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (SOUZA; SANTOS, 2015, p.48).

As mudanças na legislação nacional em virtude da aprovação das Diretrizes Nacionais para o curso de Pedagogia (2006), exigiram uma reformulação, inserindo

na grade curricular a disciplina de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e excluindo a disciplina de Organização do Trabalho Pedagógico com enfoque em Planejamento, Avaliação e Currículo. Em 2007, o Conselho de Ensino e Pesquisa da Unioeste aprovou a Resolução nº 377/2007-CEPE, e posteriormente, o curso foi reconhecido pelo Decreto Estadual nº 6.948/10.

A Resolução do CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006 (BRASIL, 2006), institui, para os cursos de licenciatura em Pedagogia, carga horária de 3200 horas de trabalho acadêmico divididos em 2800 horas de atividades formativas, - aulas, seminários, pesquisas, visitas a centros educacionais e culturais - 300 horas de Estágio Supervisionado e 100 horas de atividades teórico-práticas por meio de participação em iniciação científica, atividade de extensão e monitoria. Esta carga horária estipulada para os cursos de Pedagogia é organizada de modo a permitir que uma boa parte da carga horária de até 30%, possa ser oferecida na modalidade à distância. O mais problemático é que, ao não deliberar o mínimo de anos para duração do curso de Pedagogia, as diretrizes possibilitam a criação de cursos de licenciaturas com duração de menos de quatro anos, tempo bastante exíguo para uma formação contemplar teoria e prática. (BRASIL, 2006)

Entretanto, o marco histórico da elaboração do PPP (2004) e posterior reformulação (2007), foi a alteração da orientação teórico-metodológica herdada do PPP de Cascavel, que fundamentava-se na Pedagogia Histórico-Crítica, “uma teoria apenas para a área da educação e ainda muitas vezes restrita à educação formal” brasileira, mudando-a, então, com esta reformulação, exclusivamente para a opção pela orientação teórico-metodológica pautada no Materialismo Histórico Dialético, que trata de intervir na realidade social pela classe trabalhadora, sendo:

uma teoria de explicação da sociedade em geral, incluindo a educação. Porém, além de ser uma teoria geral, parte da constatação da existência da luta de classes, e, por isso, além de interpretar a realidade, propõe a intervenção objetiva a favor dos interesses da classe trabalhadora. (SOUZA; SANTOS, 2015, p.49)

A partir da década de 1990, vivenciou-se duros anos difíceis na educação paranaense, sob as premissas do Estado mínimo, o governo do Paraná fazia investidas que iam frontalmente de encontro aos interesses das universidades públicas.

Com isso, tendo o Estado do Paraná contrário às demandas do curso, a construção do Curso de Pedagogia, se solidificaria concomitante ao enfrentamento

destas barreiras, o que fundamentalmente foi uma lição que fez parte do currículo e sedimentou a formação da primeira turma do Curso de Pedagogia da Unioeste em Foz do Iguaçu

2. O CURSO DE PEDAGOGIA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO QUADRO DE MAGISTÉRIO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO, NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU

2.1 OPÇÃO METODOLÓGICA

O escopo desta pesquisa tem sua pauta na análise de documentos comprobatórios quanto ao êxito de egressa (o) s da primeira turma de Pedagogia do campus de Foz do Iguaçu no mercado de trabalho público. Para tanto, se analisou editais do primeiro concurso público para o cargo de Professor Pedagogo do Estado do Paraná e dados de egressa (o) s da primeira turma de Pedagogia, coletados por meio de questionário disponibilizado via formulário online.

Dado o distanciamento geográfico das egressa(o)s, a exemplo de uma integrante que reside hoje no estado do Amazonas, o questionário online proporcionou amplo alcance aos membros, e deste modo das 41 egressa (o) s, 40 responderam a ele. O questionário foi estruturado com vinte perguntas fechadas, de múltipla escolha ou resposta única, com vistas a fim de coletar considerável gama de dados relativos ao perfil da egressa (o) s quanto a gênero, faixa etária e atuação profissional durante o curso de Pedagogia, formação acadêmica e atuação profissional posterior a graduação.

Após definição das questões, a ferramenta Google foi a opção para elaboração do formulário online e, após os devidos testes, o link foi encaminhado aos participantes da pesquisa por e-mail ou mensagem de celular pelo aplicativo WhatsApp, com breve justificativa “explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de obter respostas, tentando despertar o interesse do receptor para que ele preencha e devolva o questionário dentro de um prazo razoável” (MARCONI e LAKATOS 1999, p. 100).

Ainda Estes dados levantados, também auxiliam a problematizar, apontar evidências e produzir dados que possam contribuir para fortalecer a defesa da universidade pública, em face aos ataques sofridos por elas na atualidade. Ataques esses sem fundamento que denotam o interesse de setores privados pela

educação, especialmente superior. A pesquisa então posiciona-se na busca de quantificar a inserção profissional, no ano de 2019, de egressa (o) s do curso de Pedagogia da Unioeste (campus Foz do Iguaçu), e sua proporcionalidade com relação às demais instituições que ofertam o curso em questão, dentre a (o) s profissionais que atuam nas equipes pedagógicas da rede estadual de educação básica, no município de Foz do Iguaçu.

A coleta desse dado foi feita pessoalmente, por ligação telefônica ou por meio de mensagem do aplicativo WhatsApp, junto as equipes pedagógicas dos colégios estaduais do referido município.

Buscou-se ainda, apresentar um panorama, por meio de consulta ao Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior, o Cadastro e-MEC (Brasil, 2021), a respeito da modalidade de ensino, grau, curso, vagas anuais autorizadas, município sede, data de início de funcionamento, carga horária mínima, natureza jurídica e indicadores de qualidade das quatro instituições em que se fechou o recorte para análise dos dados pretendidos nesta pesquisa.

O Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Educação (SEED), iniciou o processo de construção dessa nova função intitulada Professor Pedagogo com o concurso ocorrido no ano de 2004. Atualmente, essa função ocupa um espaço de elevada importância na escola e é responsável pela organização do trabalho pedagógico e de suas relações com todos os setores das instituições escolares. De acordo com Linhares, Conradi e Weissbock (2011), percebe-se que há uma questão política para que esta função seja consolidada, isso é demonstrado pela própria trajetória histórica do pedagogo na história da Educação Brasileira.

A (o) s aluna (o) s egressa (o) s da primeira turma de Pedagogia, tiveram a oportunidade de concorrer as vagas desse concurso, uma vez que ele se deu no ano em que concluíam o curso.

A pesquisa documental pautou-se na leitura de capítulos, artigos, produções acadêmicas e editais de concursos, e para a coleta de dados, a opção foi pelo questionário, “técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.” (GIL, 1999, p. 100).

Importante registrar que a utilização da internet e de suas ferramentas, foi bastante importante para a elaboração dos dados, o avanço das tecnologias tem proporcionado que conhecimentos e informações sejam amplamente difundidos, isso auxilia muito para que as pesquisas sejam amplas, quanto ao alcance geográfico. No meio acadêmico, “as pesquisas com o uso do ambiente virtual mostram-se como uma tendência atual para a coleta de dados”, uma vez que “a utilização da internet, como recurso auxiliar de troca e disseminação de informações, possibilita a melhoria e a agilidade do processo de pesquisa” (FALEIROS; KAPPLER; PONTES; SILVA; GOES; CUCICK, 2016, p 02).

A opção pela coleta de dados via questionário online, por telefone e WhatsApp se justifica pela facilidade e agilidade que o contato virtual proporcionou com os participantes desta pesquisa, uma vez que nem todas (o) s a (o) s egressa (o) s da primeira turma de Pedagogia da Unioeste, Foz do Iguaçu continuam residindo no município e no seu entorno. Desse modo, entende-se que “as pesquisas pela internet proporcionam maior praticidade e comodidade aos participantes do estudo, podendo resultar na melhora do número de respostas obtidas” (FALEIROS et al, 2016, p. 05).

Observa-se que um número expressivo de pesquisas atualmente tem usado da tecnologia e suas ferramentas para acessar dados e com isso, as mídias são parte do rigor científico exigido na tessitura de uma pesquisa neste nível acadêmico.

2.2 PERFIL DE EGRESSAS (O)S DA PRIMEIRA TURMA DO CURSO DE PEDAGOGIA: ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS, FORMAÇÃO CONTINUADA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Ao buscar o PPP do Curso de Pedagogia da Unioeste/Foz, percebe-se a concepção e o compromisso de ofertar ensino superior público, gratuito e de qualidade, este fundamento permeou todo o documento bem como, o processo percorrido pelo curso de Pedagogia, desde sua idealização, implementação e trajetória até os dias atuais.

A implementação do curso ocorreu mesmo frente a todos os desafios postos, que iam desde a dificuldade em organizar o corpo docente com formação condizente para ministrar as aulas, até ao acervo da biblioteca que não continha os autores e títulos basilares para aporte teórico necessário ao curso de Pedagogia. Havendo à época, também ausência de espaço físico adequado ou acolhedor para as atividades teóricas e práticas.

A primeira seleção de acadêmicos para o curso de Pedagogia da Unioeste do campus de Foz do Iguaçu ocorreu no Concurso Vestibular Especial nos dias 09, 10 e 11 de julho de 2000. Na ocasião foram disponibilizadas 50 vagas, ofertadas no período noturno, “sobretudo por ter surgido da necessidade e da demanda de professores que já atuavam na rede pública, portanto trabalhadores” (SOUZA; SANTOS, 2015, p.48).

Em 16 de Setembro de 2004 ocorria a cerimônia de colação de grau da primeira turma de pedagogos formados pela Unioeste no campus de Foz do Iguaçu. Na ocasião, 41 formandos celebraram a trajetória de luta iniciada oficialmente em julho de 2000.

Em 30 de setembro de 2004 foi lançado o Edital nº 37/2004 -SEAP, para “realização de Concurso Público de Provas e Títulos para o provimento de 3044 (três mil e quarenta e quatro) vagas no cargo Professor do Quadro Próprio do Magistério, área de atuação de professor pedagogo na Educação Básica” na rede estadual do estado do Paraná, sendo “executado pela Coordenadoria de Processos Seletivos da Universidade Estadual de Londrina – COPS/UDEL” (PARANÁ, 2004), com prova objetiva aplicada no dia 05/12/2004.

A relação de inscritos para vagas no Núcleo Regional de Educação (NRE) de Foz do Iguaçu foi publicada no Edital nº 55/2004, dia 05 de novembro de 2004, com efetivação de 30 dos 41 formandos, ou seja, 73% dos formandos da primeira turma se inscreveram naquele concurso.

A classificação final do Concurso Público de Provas e Títulos do Edital 37/2004 foi publicado em 16 de dezembro de 2004, no Edital 89/2004, constando 23 aprovações das 30 inscrições, configurando aprovação de 76% dos inscritos dos acadêmicos formados na primeira turma de Pedagogia do campus de Foz do Iguaçu.

Das 205 vagas gerais para o cargo de Pedagogo do NRE de Foz do Iguaçu, apenas 92 vagas foram preenchidas (44,8% das vagas gerais). Assim, das 92 vagas gerais preenchidas, 23 delas foram conquistadas por formandos da primeira turma de Pedagogia da Unioeste-Foz, ou seja, 25% das vagas gerais preenchidas no concurso, foram ocupadas por alunos da primeira turma. de pedagogia da Unioeste Foz, uma inquestionável comprovação do compromisso social e da qualidade de ensino do curso nascido em 1999, que com apenas quatro anos, mesmo com os percalços decorrentes de diversas ordens, inclusive, histórico de seis meses de greve da Universidade, a qual tinha em sua pauta de reivindicações questões para além de reajuste salarial, uma vez que a política neoliberal na educação do estado do Paraná alinhava-se com a proposta de educação do governo Federal que propunha a inserção da lógica privatista na educação pública, intensificando o individualismo, a meritocracia e a competitividade, evidenciando ainda mais as disparidades sociais e promovendo a exclusão, especialmente de alunos oriundos de escolas públicas.

Tal greve extrapolou o campo das reivindicações econômicas, não se resumindo apenas à luta por reajuste salarial. Além da reposição salarial de 50,03% a pauta do movimento grevista reivindicava, dentre outros pontos, o financiamento integral das Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES), a contratação de servidores técnicos e a gestão democrática e eleição livre e direta dos dirigentes. (REIS, 2012, p.13)

A autonomia universitária defendida pelo governo de estado do Paraná constituía-se em instrumento legal por meio do qual o Estado se desoneraria de seu dever “de financiar integralmente as universidades públicas, obrigando essas instituições a diversificarem o seu financiamento com a adoção de diferentes modalidades de financiamento privado” (REIS, 2012, p.15)

Neste contexto de percalços de toda ordem, a primeira turma de Pedagogia da Unioeste Campus de Foz do Iguaçu foi formada.

Sendo o escopo desta pesquisa a relevância do curso de Pedagogia da Unioeste Campus de Foz do Iguaçu, o recorte para aplicação do questionário online são a (o) s egressa (o) s da primeira turma de Pedagogia do campus de Foz do Iguaçu.

Foram contatados via e-mail ou mensagem de celular, pelo aplicativo de mensagem WhatsApp, as 41 egressa (o) s. Como retorno dos contatos, a (o) s 40

egressa (o) s prontamente aceitaram participar da pesquisa, respondendo ao questionário que fora encaminhado via formulário link Google.

Partindo para análise dos dados, se verifica que historicamente o curso de Pedagogia é, tratando-se do gênero, “como um espaço hegemônico de formação feminina, reiterado pelos discursos sociais e culturais que associam os cuidados e a educação de crianças às mulheres” (CASTRO, SANTOS, 2016, p. 59). A primeira turma de egressa (o) s do curso de Pedagogia, da cidade de Foz do Iguaçu, corrobora com os índices que evidenciam a chamada feminização do magistério⁶, uma vez que sua composição é 85% feminina e 15% masculina. Em relação a raça ou etnia, 72,5% se autodeclararam brancos, 22,5% pardos e 5% negros.

A turma é consideravelmente jovem, pois quando perguntado que idade tinham no início do curso (ano 2000), 37,5% estavam na faixa etária entre 16 a 19 anos, demonstrando que iniciaram a graduação imediatamente na sequência da conclusão do Ensino Médio; 25% tinham entre 24 a 29 anos, 17,5% entre 20 a 23 anos e 7,5% tinham mais de 44 anos. Outros 12,5% tinham idades entre 30 a 33 anos e 40 a 43 anos.

Quanto à questão relativa ao trabalho que desempenhavam durante o curso de Pedagogia, a (o) egressa (o) s em sua maioria relataram que atuavam na área de educação, ou seja, 45% deles já atuavam em alguma atividade relativa ao ensino; 15% atuavam na Área de segurança Pública e 15% no Comércio e Serviços; 5%

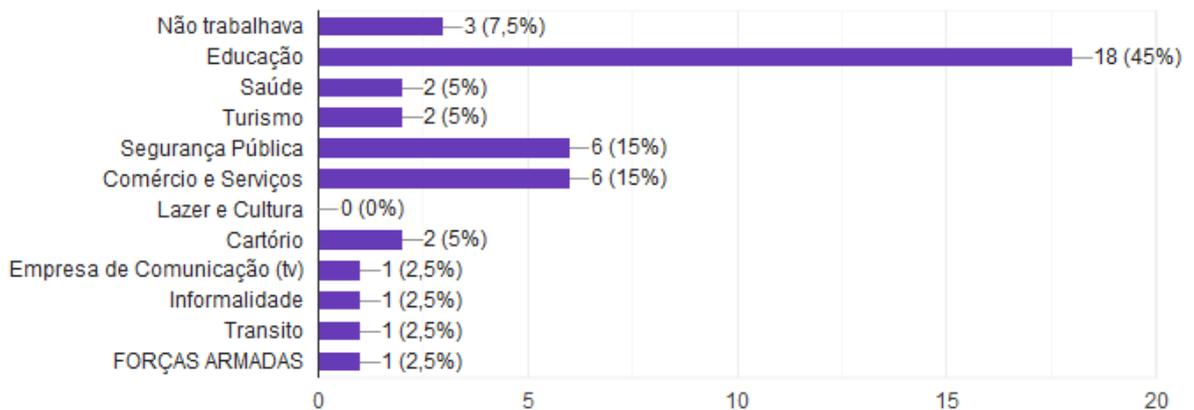
⁶ A chamada feminização do magistério caracteriza-se ao longo da história como um fenômeno internacional pautado por alterações nas relações econômicas e patriarcais que configuram a própria definição de magistério (Apple, 1995; Araújo, 1990; Nóvoa, 1989; Williams, 1997; Zaidman, 1986). No Brasil, a maciça presença de mulheres no magistério do ensino primário refere-se a um longo processo que tem início durante o século XIX com as escolas de improvisado, que não mantinham vínculos com o Estado, intensificando-se com a instituição das escolas seriadas após a República e com a progressiva extensão das escolas públicas, já em meados do século XX (Faria Filho; Vidal, 2000). Mas não se trata apenas da presença do sexo feminino, a entrada das mulheres no magistério deve ser examinada a partir das relações de classe e gênero. Podemos então lembrar que se trata de um dos primeiros campos de trabalho para mulheres brancas das chamadas classes médias, estudosas e portadoras de uma feminilidade idealizada para essa classe, mas também protagonistas da luta pelo alargamento da participação feminina na esfera econômica. No Estado de São Paulo, o Projeto de Lei de 1830 instaurou as Escolas Normais para formação de professores e professoras e declarou a preferência às mulheres, sendo que o acesso efetivo delas à Escola Normal deu-se em 1875 e em 1880 com a criação de uma seção feminina (Louro, 1989). Além disso, a Escola Normal era “uma das poucas oportunidades, senão a única, de as mulheres prosseguirem seus estudos além do primário” (Demartini; Antunes, 1993, p. 6). Desde o século XIX, os homens vão abandonando as salas de aula nos cursos primários e as Escolas Normais vão formando mais e mais mulheres. No final da década de 1920 e início da de 1930, a maioria do magistério primário já era feminina. (VIANNA, 1999, p. 164, in YANNOULAS, Silvia Cristina (Org.). Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações. Brasília: Abaré, 2013. 302p.)

atuavam em Turismo, Saúde e em Cartório, respectivamente. Apenas 3% dedicavam-se exclusivamente aos estudos e não trabalhavam. Outros 10%, distribuídos entre atuação em Forças Armadas, Trânsito, Empresa de Comunicação e Informalidade, conforme aponta o gráfico que segue:

Figura 1 - Área de atuação profissional das egressa(o)s durante o curso de Pedagogia (2000-2004)

Em que área você trabalhava quando cursava Pedagogia na Unioeste:

40 respostas



Fonte: Questionário online respondido pela (o) s egressa (o) s da primeira turma de Pedagogia da Unioeste-Foz do Iguaçu.

Quanto ao regime de trabalho, 40% tinham contrato via Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), 32,5% efetivos em concurso público; 15% tinham contratos temporários; 10% atuavam em estágio remunerado e 5% não trabalhavam.

Em relação ao Ensino Fundamental, 55% cursou integralmente em escola pública; 22,5% integralmente em escola privada; 17,5% cursou em maior parte em escola pública e apenas 5% cursou em maior parte em escola privada.

Quanto ao Ensino Médio, 80% cursou integralmente em escola pública; 12,5% integralmente em escola privada e 7,5% mesclou entre parte dele em escola pública e parte dele em escola privada.

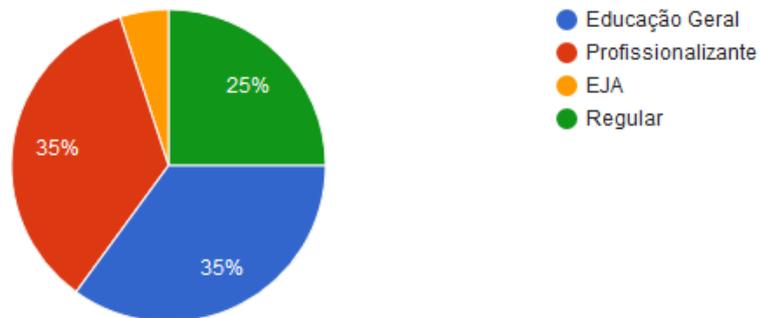
Ainda em relação ao Ensino Médio, 35% cursou Educação Geral; 35% Ensino Profissionalizante; 25% Educação Regular e 05% na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), conforme gráfico abaixo:

A expressiva maioria cursou o Ensino Médio exclusivamente no período diurno (75,5%), enquanto 15% cursou exclusivamente no período noturno; 12% alternou o curso entre período diurno e noturno. Das 40 egressas, 62,5% cursaram o Magistério (Normal) no Ensino Médio.

Figura 2 - Porcentagem relativa à modalidade de conclusão do Ensino Médio

Concluiu o Ensino Médio:

40 respostas



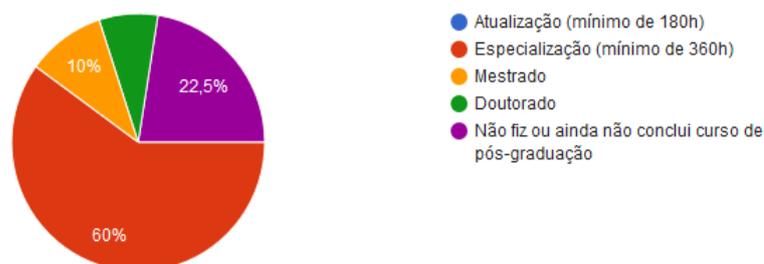
Fonte: Questionário online respondido pela(s) egressa(s) da primeira turma de Pedagogia da Unioeste-Foz do Iguaçu.

Em relação a continuidade de estudos, foi solicitado a(s) egressa(s) que indicassem a titulação mais alta que possuíam. Conforme o gráfico abaixo, 60% concluíram Especialização com carga horária mínima de 360h; 10% concluíram Mestrado; 7,5% concluíram o Doutorado e 22,5% afirmaram não ter cursado ou concluído curso de pós-graduação, conforme Figura 3.

Figura 3 - Porcentagem relativa à titulação de egressa(s) da primeira turma de Pedagogia da Unioeste-Foz do Iguaçu

Indique a modalidade de curso de mais alta titulação que você possui

40 respostas



Fonte: Questionário online respondido pela(s) egressa(s) da primeira turma de Pedagogia da Unioeste-Foz do Iguaçu.

Ainda em relação a titulação, foi perguntado em qual tipo de instituição foi cursada a pós-graduação de mais alta titulação. Das egressa(o)s que cursaram e concluíram, 40% realizou em instituição privada; 25% em instituição pública estadual e 17% em instituição pública federal. Quando perguntado sobre a natureza da instituição, 50% cursou pós-graduação em Universidade; 15% em Faculdade Isolada; 12,5% em Centro Universitário, expresso no seguinte gráfico:

Figura 4 - Porcentagem relativa à natureza da instituição onde foi cursada a maior titulação de egressa (o) s da primeira turma de Pedagogia da Unioeste-Foz do Iguaçu

Qual era a natureza desta instituição:

40 respostas



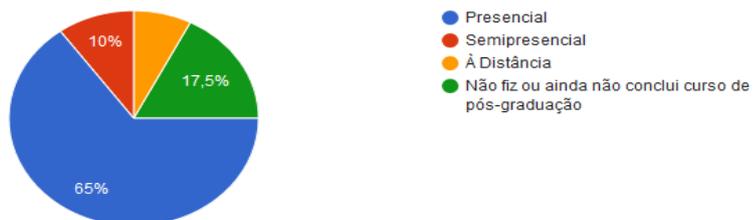
Fonte: Questionário online respondido pelas (o) s egressa (o) s da primeira turma de Pedagogia da Unioeste-Foz do Iguaçu.

Quanto a modalidade do curso de pós-graduação da maior titulação, 65% das egressa(o)s cursou a modalidade presencial; 10% semipresencial e 5% à distância (EAD).

Figura 5 - Porcentagem relativa à modalidade de curso de pós-graduação de mais alta titulação das egressa(o)s da primeira turma de Pedagogia da Unioeste-Foz do Iguaçu

De que forma você fez a modalidade de curso de pós-graduação de mais alta titulação que possui:

40 respostas



Fonte: Questionário online respondido pela (o) s egressa (o) s da primeira turma de Pedagogia da Unioeste-Foz do Iguaçu.

Em relação a área temática do curso de pós-graduação de mais alta titulação, 20% cursou na área de Educação com ênfase em ensino; 15% Interdisciplinar; 10% em Educação com ênfase em Educação Especial; 10% em Educação com ênfase em Gestão e 27,5% em outras áreas.

Figura 6 - Porcentagem relativa à área temática do curso de pós-graduação de mais alta titulação das egressa(o)s da primeira turma de Pedagogia da Unioeste-Foz do Iguaçu.

Indique a qual área temática do curso de pós-graduação de mais alta titulação que possui:

40 respostas



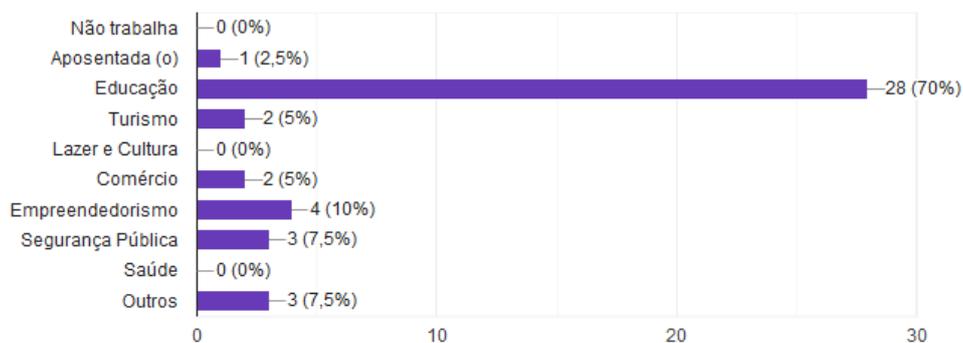
Fonte: Questionário online respondido pela (o) s egressa (o) s da primeira turma de Pedagogia da Unioeste-Foz do Iguaçu.

Relativo à área de ocupação e/ou exercício profissional na atualidade, 70% atuam na área de Educação; 10% na área de Empreendedorismo; 7,5% atuam na área de Segurança Pública, 5% no Comércio, 5% no Turismo e 7,5% em outras áreas; 2,5% estão aposentados.

Figura 7 - Porcentagem relativa à área de atuação profissional das egressa(o)s da primeira turma de Pedagogia da Unioeste-Foz do Iguaçu

Indique sua área de ocupação e/ou exercício profissional:

40 respostas

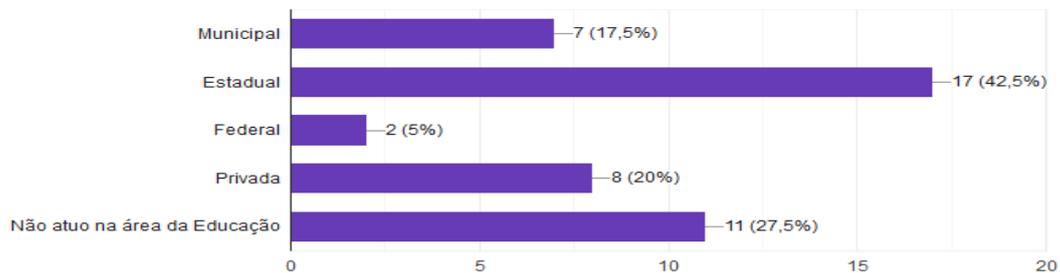


Fonte: Questionário online respondido pela (o) s egressa (o) s da primeira turma de Pedagogia da Unioeste-Foz do Iguaçu.

Quanto a atuação na área de Educação, foi perguntado em qual esfera ocorre e dos 70% que atuam na área de Educação, 42,5% estão na esfera Estadual; 17,5% atuam na esfera Municipal; 20% atuam na esfera Privada e 5% na esfera Federal, conforme demonstra o gráfico:

Figura 8 - Porcentagem relativa à esfera de atuação profissional na área de educação das egressa(o)s da primeira turma de Pedagogia da Unioeste-Foz do Iguaçu

Se sua área de atuação for Educação, ela na (s) esfera (s):
40 respostas



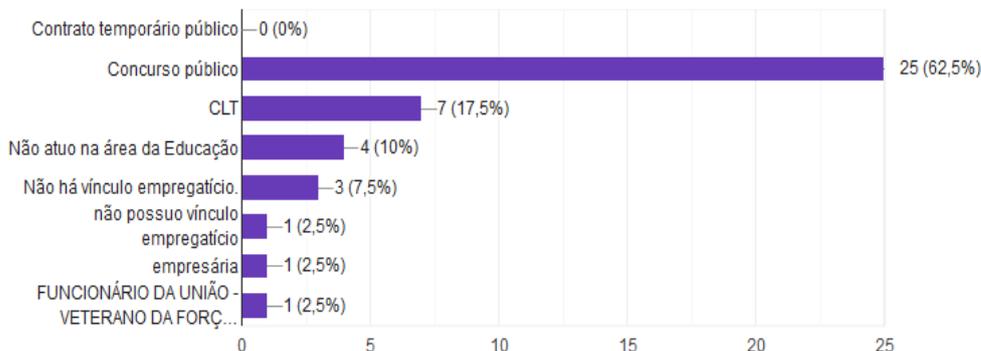
Fonte: Questionário online respondido pela (o) s egressa (o) s da primeira turma de Pedagogia da Unioeste-Foz do Iguaçu.

Ainda em relação ao vínculo de trabalho, 62,5% são efetivos em Concurso Público; 17,5% possuem regime CLT; 10% não possuem vínculo empregatício; 2,5% são empresários e outros 2,5% são veteranos da União (Forças Armadas), sem maiores dados se na condição de reserva ou aposentadoria.

Figura 9 - Porcentagem relativa ao vínculo de trabalho na atuação profissional das egressa(o)s da primeira turma de Pedagogia da Unioeste-Foz do Iguaçu

Possui vínculo por:

40 respostas



Fonte: Questionário online respondido pela (o) s egressa (o) s da primeira turma de Pedagogia da Unioeste-Foz do Iguaçu.

Relativo à atuação especificamente na área da Educação, foi perguntado quanto a etapa em que desempenham o trabalho. Não foi perguntado acerca da carga horária do vínculo de trabalho, e nem detalhes a respeito de atuação em única etapa ou diversas etapas. A análise das respostas demonstra que o mesmo egresso atua em mais do que uma etapa ou modalidade de ensino. Percebe-se que a maior concentração de atuação das egressa(o)s está na esfera pública, pois em todas as fases da educação, estão presentes em maior percentual na esfera pública, excetuando-se apenas no Ensino Superior por uma pequena margem, conforme exposto na Tabela abaixo:

Tabela 1 - Porcentagem relativa à etapa de atuação profissional na área de educação das egressa(o)s da primeira turma de Pedagogia da Unioeste-Foz do Iguaçu

Etapa de atuação na área de Educação	Porcentagem
Educação Infantil, Público	5%
Educação Infantil, Privado	2,5%
Ensino Fundamental Fase I, Público	17,5%
Ensino Fundamental Fase I, Privado	5%
Ensino Fundamental Fase II, Público	42,5%
Ensino Fundamental Fase II, Privado	0%
Ensino Médio, Público	32,5%
Ensino Médio, Privado	5%
Ensino Médio Profissionalizante, Público	20%
Ensino Superior, Público	5%
Ensino Superior, Privado	7,5%
Centro de Socioeducação, Público	2,5%
Neuroaprendizagem/estimulação cognitiva	7,5%
Não atua na área de Educação	25%

Fonte: Questionário online respondido pela (o) s egressa (o) s da primeira turma de Pedagogia da Unioeste-Foz do Iguaçu.

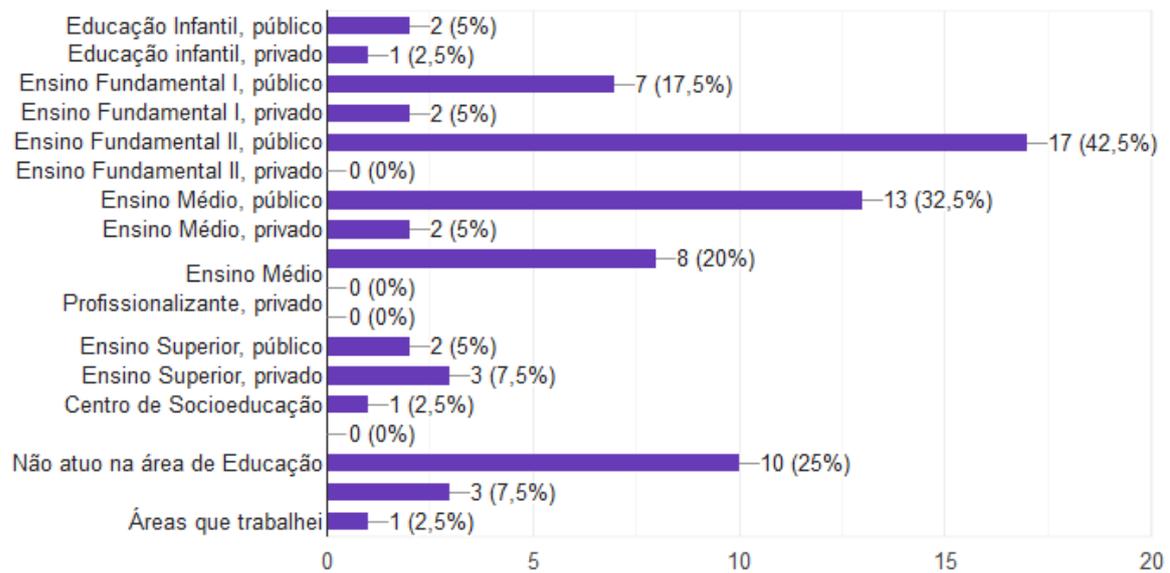
E quanto a função desempenhada na área de Educação, 45% atuam como Pedagoga(o); 25% atuam na docência; 12,5% atuam na Direção/Gestão Escolar;

2,5% atuam na Secretaria Escolar; 2,5% Técnico em Assuntos Educacionais e 2,5% concomitantemente na Docência e Pedagogia.

Figura 10 - Porcentagem relativa à etapa de trabalho na atuação profissional das egressa(o)s da primeira turma de Pedagogia da Unioeste-Foz do Iguaçu

Se a sua área de atuação for Educação, a etapa de atuação é/são:

40 respostas



Fonte: Questionário online respondido pela (o) s egressa (o) s da primeira turma de Pedagogia da Unioeste-Foz do Iguaçu.

Constatou-se que a primeira turma de Pedagogia do Campus de Foz do Iguaçu apresentava um perfil jovem, sendo constituída majoritariamente por acadêmicos que ingressaram no curso logo após a conclusão do Ensino Médio ou logo nos anos seguintes.

A questão do predomínio do gênero feminino se expressa fortemente, replicando o conceito socialmente difundido da educação como área hegemonicamente feminina. Outro aspecto percebido é a questão de raça ou cor, sendo uma turma constituída por 72% de pessoas que se declaram brancas, o que aponta para a necessidade de luta pela defesa da manutenção das políticas públicas de cotas para que a desigualdade histórica de oportunidades de acesso à educação superior seja, senão superada, ao menos minimizada no Brasil, possibilitando que

haja de fato maior ingresso e condições de permanência da população negra no Ensino Superior.

Apesar de ser uma turma composta por uma maioria que já atuava em alguma função relativa ao ambiente escolar, seja na docência da educação infantil ou anos iniciais, havia uma heterogeneidade em sua composição, havia também a presença de funcionários públicos da área de segurança (Bombeiro Militar, Guarda Municipal) e da área administrativa municipal; profissionais autônomos, cartorários e atendentes comerciais, do que se pode inferir, propiciava um ambiente diversificado, rico para o debate, dado os locais de fala de cada um dos sujeitos.

A comprovação acerca da qualidade do ensino ofertado à primeira turma de Pedagogia, em que pese todas as dificuldades do percurso, se mostra excelente frente resultados obtidos no concurso público para provimento de Pedagogos do Estado do Paraná, ocorrido no ano de 2004, onde o índice de aprovação dos formandos foi de 73%, pois de 30 inscritos no concurso, 23 foram aprovados.

2.3 ANÁLISE DOS DADOS QUANTITATIVOS DA INSERÇÃO DE PEDAGOGA (O) S EGRESSA (O) S DA UNIOESTE QUE ATUAVAM NA FUNÇÃO, NAS ESCOLAS ESTADUAIS NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU, NO ANO DE 2019

O Estado do Paraná, em 2004, lançou o Edital 37/2004 – GS-SEED, para suprimimento de três mil e quarenta e quatro vagas na área de atuação de professor pedagogo na Educação Básica, sendo que 205 destas vagas eram para o Núcleo Regional de Educação de Foz do Iguaçu. Após esse, sucederam-se concursos nos anos 2007 e 2013.

A função pedagógica até o período do primeiro concurso público específico para função no Estado do Paraná, era exercida por professores formados em diferentes áreas, não necessariamente com habilitação específica em Pedagogia, pois diante da defasagem e da ausência de profissionais da área, a função era exercida por professores que deixavam de ministrar suas disciplinas em sala de aula para atuar na chamada supervisão escolar, não sendo, necessariamente, o docente

de perfil mais qualificado para função, uma vez que a indicação era feita pela direção da escola sem um padrão de critério técnico balizador.

Consequentemente, passaram por aí, muitos professores competentes à função, embora atuando fora de sua área de formação. Mas, por outro lado, houve o desmerecimento de tantos outros, que encontravam no cargo um meio para “descanso”, fugindo então, dos problemas e compromissos da sala de aula, não havendo, no entanto, comprometimento com a função assumida. (VILA; SANTOS, 2006, p. 07)

Os concursos públicos propiciaram transformações de fundamental importância no seio da escola, a começar pela mudança da nomenclatura de “Supervisor” para “Professor Pedagogo”, juntamente com a reorganização da função pedagógica, pois o conceito de Gestão Democrática, defendido à época, ao menos teoricamente, não mais admitia a função de controle, supervisão ou assistencialismo, uma vez que “a gestão escolar baseada em um modelo burocratizado e tecnicizado reforçava a tese, ou melhor, a prática da divisão do trabalho, configurando a escola como espaço legitimador da ideologia mercadológica e do trabalho fragmentado” (PARANÁ, 2010, p. 2)

A função pedagógica nas escolas da rede estadual de educação do estado do Paraná vivenciaria, a partir de então, uma caminhada em direção a tentativa de construção de ações pedagógicas pautadas na gestão democrática, na tomada de decisões coletivas pela horizontalidade, para tanto, fazia-se necessário a desconstrução de pensamentos e ações enraizados na lógica tecnicista, muito presentes na era do “supervisor escolar”. Desse modo, coube aos pedagogos construir sua identidade profissional

Para além da função pedagógica de interlocução com o corpo docente para efetivação de uma prática pedagógica que cumpre com os pressupostos conceituais e práticos expostos no PPP (e PPC), há a função do pedagogo na gestão escolar. Ou seja, a função da Equipe Pedagógica encontra-se maximizada no processo educativo agindo em todos os espaços para a garantia da efetivação de um projeto de escola que cumpra com sua função política, pedagógica e social (PARANÁ, 2010, p. 8).

No município de Foz do Iguaçu, atualmente existe a oferta do curso de graduação em Pedagogia em uma universidade pública, Unioeste, e em instituições privadas: Uniamérica e União Dinâmica de Faculdade Cataratas (UDC), a oferta se

dá, também pela via EAD, como ocorre no caso da Unoeste- Universidade do Oeste Paulista, que aparece de certo modo, expressiva, nesta pesquisa.

A busca de dados a respeito das instituições na qual se graduaram os pedagogos que atuavam na rede estadual de ensino no Núcleo Regional de Educação de Foz do Iguaçu no ano de 2019, se deu nos 35 colégios estaduais na cidade de Foz do Iguaçu, com questões relativas à instituição de ensino superior cursada, posteriormente verificadas, se pública ou privadas. Desse modo foram catalogadas 37 instituições, conforme Tabela 2:

Tabela 2 - Quantificação das Instituições de Ensino Superior das quais são egressa (o) s a (o) s pedagogas (o) s que atuam na rede estadual de educação no município de Foz do Iguaçu

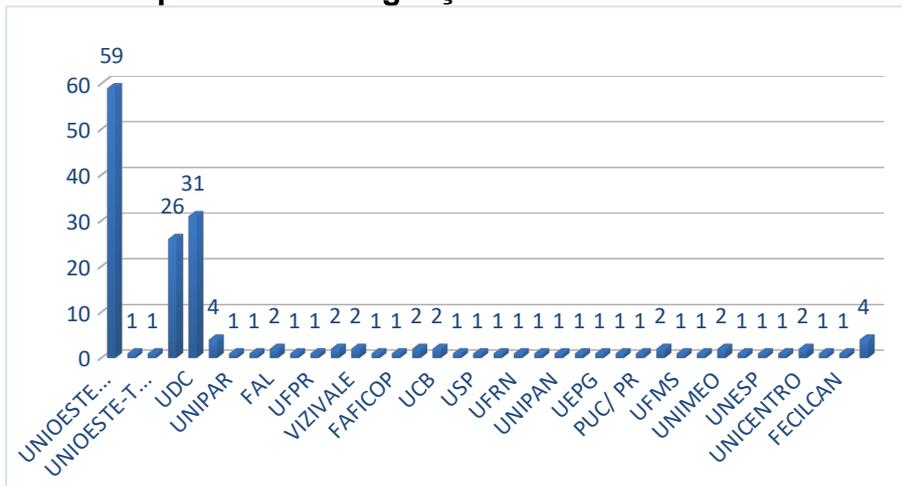
QTD	INSTITUIÇÃO	SIGLA	ENTE	TOTAL
01	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ	UNIOESTE-FOZ	PÚBLICO	59
02	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ	UNIOESTE-CASCATEL	PÚBLICO	01
03	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ	UNIOESTE-TOLEDO	PÚBLICO	01
04	UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA	UNOESTE	PRIVADO	26
05	UNIÃO DINÂMICA DE FACULDADE CATARATAS	UDC	PRIVADO	31
06	UNIÃO DAS AMÉRICAS	UNIAMÉRICA	PRIVADO	04
07	UNIVERSIDADE PARANAENSE	UNIPAR	PRIVADO	01
08	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ	INSEP	PRIVADO	01
09	FACULDADE AUXILIUM DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE LINS	FAL	PRIVADO	02
10	FACULDADES INTEGRADAS CATÓLICAS DE PALMAS	FACIPAL	PRIVADO	01
11	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UFPR	PÚBLICO	01
12	FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE UMUARAMA	FAFIU	PRIVADA	02
13	FACULDADE VIZINHANÇA VALE DO IGUAÇU*	VIZIVALE	PRIVADA	02
14	INTELIGÊNCIA EDUCACIONAL E SISTEMAS DE ENSINO	IESD	PRIVADA	01
15	FACULDADE ESTADUAL DE FIL, CIÊNC. E LETRAS DE CORNÉLIO P.	FAFICOP	PÚBLICA	01
16	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	UEL	PÚBLICA	02
17	UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO	UCB	PRIVADA	02
18	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	UFAM	PÚBLICA	01
19	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	USP	PÚBLICA	01
20	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	UEM	PÚBLICA	01
21	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UFRN	PÚBLICA	01
22	FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PALMAS	FAFI	PRIVADA	01
23	UNIÃO PAN-AMERICANA DE ENSINO	UNIPAN	PRIVADA	01
24	CENTRO UNIVERSITÁRIO FUNDAÇÃO ASSIS GURGACZ	FAG	PRIVADA	01

25	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	UEPG	PÚBLICA	01
26	UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL	ULBRA	PRIVADA	01
27	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	PUC/ PR	PRIVADA	01
28	CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS- INSTITUTO IZABEL- RJ	FCHS	PRIVADA	02
29	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL	UFMS	PÚBLICA	01
30	UNIVERSIDADE GAMA FILHO*	UGF	PRIVADA	01
31	UNIÃO EDUCACIONAL DO MÉDIO OESTE PARANAENSE	UNIMEO	PRIVADA	02
32	UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ	UTP	PRIVADA	01
33	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA	UNESP	PÚBLICA	01
34	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ	UNESPAR/ FECILCAN	PÚBLICA	01
35	FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE OURO FINO	FAFIOF	PRIVADA	01
36	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE	UNICENTRO	PÚBLICA	02
37	FACULDADE DE JANDAIA DO SUL	FAFIJAN	PRIVADA	01
38	NÃO INFORMADO	-----	-----	04

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados coletados com pedagogos(as) que atuam na rede estadual de ensino na cidade de Foz do Iguaçu, 2019.

Os dados da tabela 02 podem ser melhor visualizados na Figura 11, onde fica evidente a relevância da Unioeste Campus de Foz do Iguaçu no processo de formação de pedagogos(as), uma vez que dos 163 participantes da pesquisa, 59 são egressa(o)s do curso de Pedagogia da Unioeste Campus Foz do Iguaçu, não necessariamente da primeira turma de formandos do curso, uma vez que ocorreram concursos públicos para suprimimento de vagas de pedagogos na rede estadual de ensino, após o ano de 2004.

Figura 11 - Instituições de Graduação das quais são egressa(o)s a(o)s pedagoga(o)s que compõem o quadro próprio do magistério da rede estadual do município de Foz do Iguaçu



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados coletados com pedagoga (o) s que atuam na rede estadual de ensino na cidade de Foz do Iguaçu, 2019.

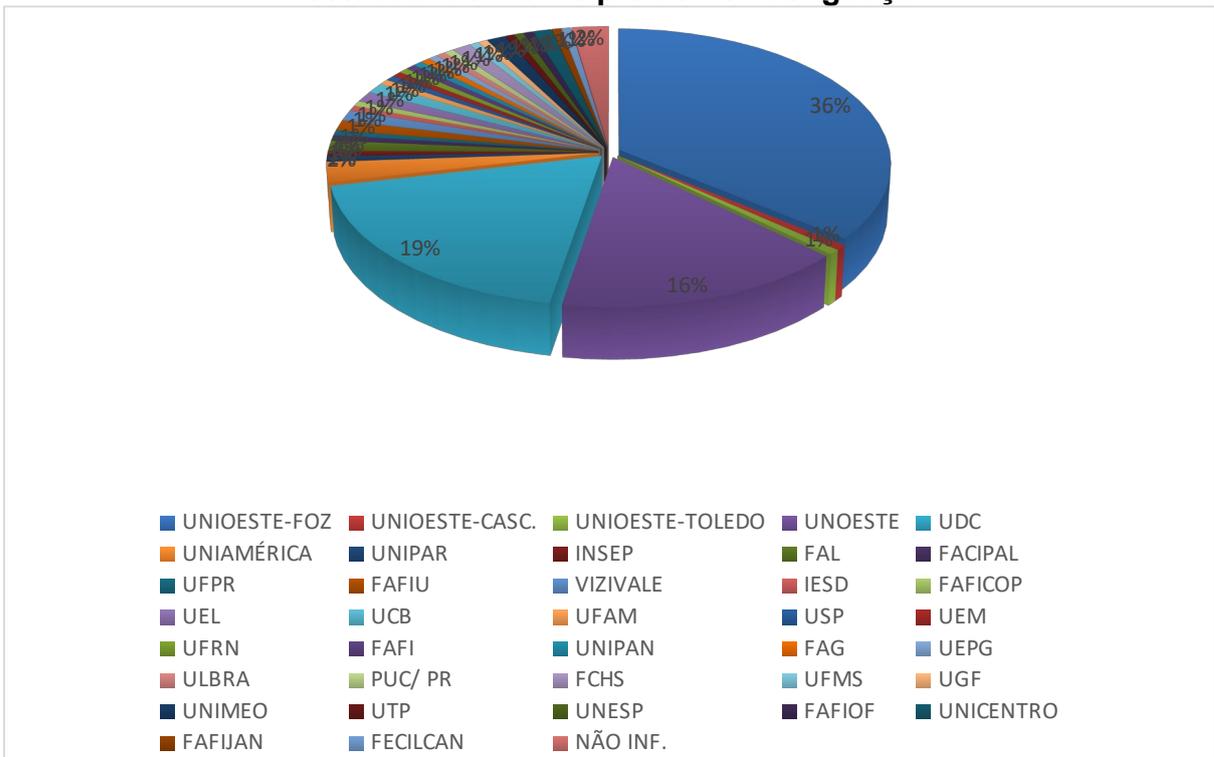
Os dados da Figura 12, demonstram percentualmente que a Unioeste campus de Foz do Iguaçu destaca-se dentre as instituições que ofertam o curso de Pedagogia, uma vez que 36% do quadro de pedagoga (o) s que atuam na rede estadual de ensino na cidade de Foz do Iguaçu, são egressa (o) s do curso ofertado na Unioeste; 19% são egressa (o) s da União Dinâmica de Faculdade Cataratas, instituição privada que oferta o curso de Pedagogia no município de Foz do Iguaçu; 16% são egressa (o) s da Unoeste, instituição privada localizada na cidade de Presidente Prudente, estado de São Paulo.

A análise deste último dado a respeito da Unoeste, condiz com as informações levantadas durante esta pesquisa em relação ao equívoco que o Art. 62 da LDB 9394/96 causou quanto ao entendimento de que a graduação em Pedagogia seria obrigatória para a permanência na docência da educação básica, no ensino fundamental fase I.

Esse equívoco, levou inúmeras professora (e) s a buscar graduação em Instituições de Ensino Superior que ofertavam a possibilidade de aulas, entre outros, aos finais de semana até mesmo em outros estados.

Observando o gráfico, verifica-se que entre as três instituições de maior expressividade, duas estão situadas no município de Foz do Iguaçu, sendo uma pública e outra, do setor privado.

Figura 12 - Percentual de Instituições de graduação das quais são egressa (o) s as pedagoga (o) s que compõem o quadro próprio do magistério da rede estadual do município de Foz do Iguaçu



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados coletados com pedagoga (o) s que atuam na rede estadual de ensino na cidade de Foz do Iguaçu, 2019.

A tabela 3, demonstra a quantificação (por ente jurídico) das Instituições de Ensino Superior nas quais a (o) s pedagoga (o) s que atuam na rede estadual de ensino na cidade de Foz do Iguaçu, no ano de 2019, são egressa (o) s. Dentre os 165 participantes da pesquisa, 86 delas (e) s graduaram-se em instituições privadas e 75 em instituições de ensino superior públicas. Das participantes, 04 não informaram a natureza da instituição de sua graduação.

Tabela 3 - Quantificação das instituições públicas e privadas

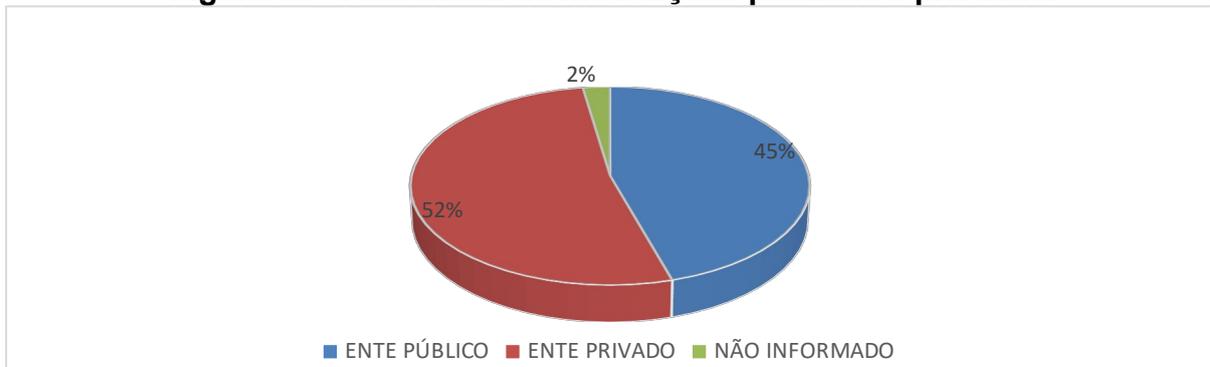
Ente Público	75
Ente Privado	86
Não Informado	04
Total	165

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados coletados com pedagoga (o) s que atuam na rede estadual de ensino na cidade de Foz do Iguaçu, 2019.

Os dados da tabela 3 são visualizados na Figura 13, percentualmente. A figura demonstra que 52% dos/das pedagogos(as) que atuam na rede estadual de

ensino na cidade de Foz do Iguaçu são egressa (o) s/as de instituições privadas de ensino superior e 46% de instituições públicas.

Figura 13 - Percentual de instituições públicas e privadas.



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados coletados junto a (o) s pedagoga (o) s que atuam na rede estadual de ensino na cidade de Foz do Iguaçu, 2019.

A tabela 4, apresenta o recorte das Instituições de Ensino Superior com maior expressividade entre a (o) s pedagoga (o) s que atuavam na rede estadual de ensino no município de Foz do Iguaçu, no ano de 2019. Dentre elas, três são sediadas na cidade: a Unioeste, UDC e Uniamérica e apenas uma, a Unoeste, situa-se no estado de São Paulo.

Observando-se os dados quantitativos, 59 são egressa (o) s da Unioeste, campus de Foz do Iguaçu, 36 das instituições privadas situadas na cidade (UDC e Uniamérica) e 26 da instituição privada localizada no estado de São Paulo (Unoeste).

Tabela 4 - Instituições que obtiveram resultados mais expressivos.

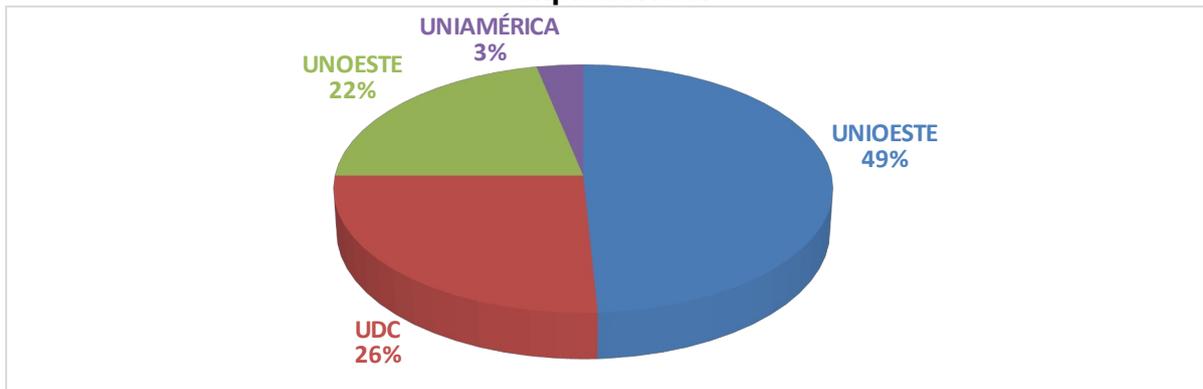
Instituição	Ente	Egressa (o) s
Unioeste	Público	59
UDC	Privado	31
Unoeste	Privado	26
Uniamérica	Privado	04
Total		120

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados coletados com pedagoga (o) s que atuam na rede estadual de ensino na cidade de Foz do Iguaçu, 2019.

A Figura 14 demonstra percentualmente as instituições que obtiveram maior expressividade dentre as declaradas pelas (o) s participantes da pesquisa. Desse modo, a Unioeste figura com 49% dos apontamentos, a UDC com 26%, a Unoeste

com 22% e a Uniamérica com 03%. Ressalta-se que dentre as instituições de maior expressividade, três delas situam-se na cidade de Foz do Iguaçu e apenas uma é do estado de São Paulo.

Figura 14 - Percentual de instituições que obtiveram resultados mais expressivos.



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados coletados com pedagoga (o) s que atuam na rede estadual de ensino na cidade de Foz do Iguaçu, 2019.

A Tabela 5 demonstra as Instituições de Ensino Superior sediadas em Foz do Iguaçu. A Unioeste destaca-se com 59 pedagoga (o) s egressa (o) s do curso de pedagogia da universidade; a (o) s egressa (o) s da UDC são 31 e da Uniamérica, 04.

Tabela 5 - Instituições de Ensino Superior com sede no município de Foz do Iguaçu.

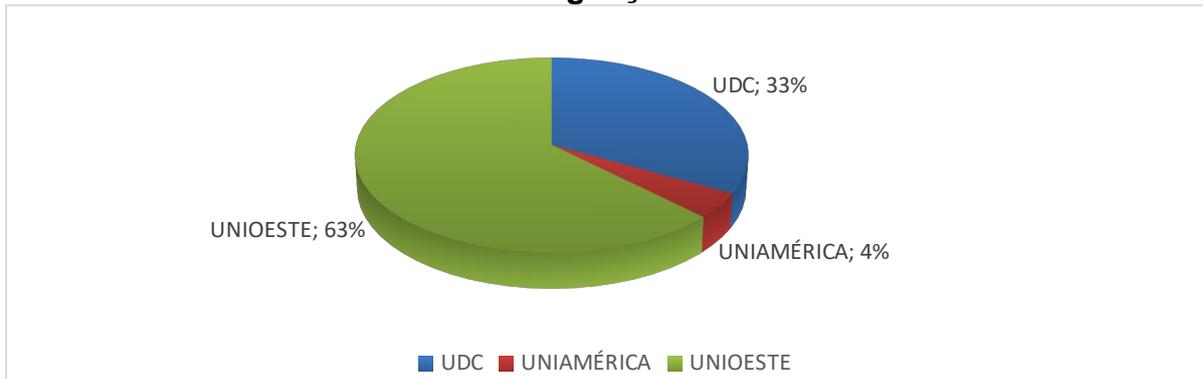
Instituição	Ente	Egressa (o) s
Unioeste	Público	59
UDC	Privado	31
Uniamérica	Privado	04
Total		94

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados coletados com pedagoga (o) s que atuam na rede estadual de ensino na cidade de Foz do Iguaçu, 2019.

A figura 15 demonstra percentualmente a relevância das Instituições de Ensino Superior sediadas no município de Foz do Iguaçu, que ofertam o curso de Pedagogia. Conforme o gráfico, a Unioeste mostra um percentual absurdamente

expressivo 63% de pedagoga (o) s, comparativamente a UDC com 33% e a Uniamérica, com 4%.

Figura 15 - Instituições de Ensino Superior com sede no município de Foz do Iguaçu.



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados coletados com pedagoga (o) s que atuam na rede estadual de ensino na cidade de Foz do Iguaçu, 2019.

Buscando-se aprofundar o conhecimento acerca das instituições, por meio dos dados: modalidade de ensino, curso, vagas anuais autorizadas, município sede, data de início de funcionamento, carga horária mínima e natureza jurídica, compilados em consulta ao Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior, o Cadastro e-MEC (BRASIL, 2021), se obteve informações acerca das IES em que se fechou o recorte para análise dos dados pretendidos nesta pesquisa, conforme se pode verificar na tabela abaixo.

Tabela 6 – Dados descritivos das Instituições de Ensino Superior com maior expressividade em relação ao percentual de egressa (o) s atuantes nas escolas da rede estadual do município de Foz do Iguaçu no ano de 2019

Instituição	Modalidade	Curso	Vagas anuais Autorizadas	Mun.	Data de Início	CH Mínima	Gratuito
UDC (EAD)	À distância	Pedagogia	1000	Vários	10/08/2013	3200h	Não

UDC (Vila A)	Presencial	Pedagogia	200	Foz do Iguaçu	03/02/2003	3200h	Não
UDC (Centro)	Presencial	Pedagogia	150	Foz do Iguaçu	07/08/2000	3200h	Não
UNIAMÉRICA	Presencial	Pedagogia	120	Foz do Iguaçu	13/02/2016	3200h	Não
UNIOESTE	Presencial	Pedagogia	40	Foz do Iguaçu	07/08/2000	3362h	Sim
UNOESTE	À distância	Pedagogia	420	Vários	05/02/2018	3760h	Não
UNOESTE	Presencial	Pedagogia	200	Pres. Prudente	16/10/1972	3792h	Não

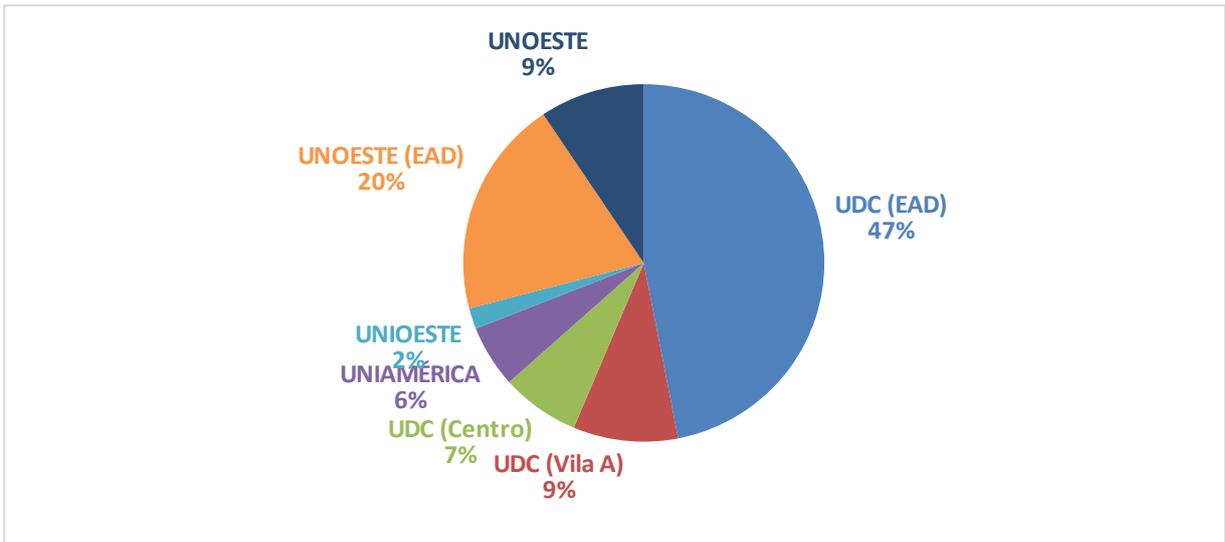
Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados coletos no ano de 2021 junto ao Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior- Cadastro (e-MEC)

Na tabela acima se inserem as informações obtidas das quatro Instituições de Ensino Superior que mais se destacaram na pesquisa a respeito de onde haviam se formado a (o) s Pedagoga (o) s que atuavam nas escolas estaduais de Foz do Iguaçu no ano de 2019.

Em ordem decrescente estão listadas abaixo, com o percentual de proporcionalidade de egressa (o) s, cada uma das instituições: a Universidade Estadual do Oeste do Paraná- Unioeste (49% das egressas), o Centro Universitário Dinâmica das Cataratas- UDC (26% das egressas), Universidade do Oeste Paulista- Unoeste (22% das egressas) e o Centro Universitário União das Américas- Uniamérica (3% das egressas).

Em relação ao percentual de vagas autorizadas anualmente para cada uma das instituições, se verifica que:

Figura 16: Percentual de vagas autorizadas anualmente



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados coletos no ano de 2021 junto ao Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior- Cadastro (e-MEC)

O Centro Universitário Cataratas, somadas as duas modalidades de ensino (à distância e presencial), dispõe da autorização para oferta de 1350 vagas anuais e a Universidade do Oeste Paulista, 620.

Em relação as instituições que possuem o curso de Pedagogia apenas na modalidade presencial, o Centro Universitário União das Américas dispõe de 120 vagas anuais e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 40 delas.

Identifica-se no gráfico acima, o desproporcional percentual de vagas anuais autorizadas para a modalidade EAD pela via privada (67%), se comparadas as vagas autorizadas para a modalidade presencial privada (31%). O gráfico evidencia também a majoritária superioridade numérica do setor privado em relação ao público, que possui, preocupantemente, apenas 2% do total geral de vagas autorizadas anualmente.

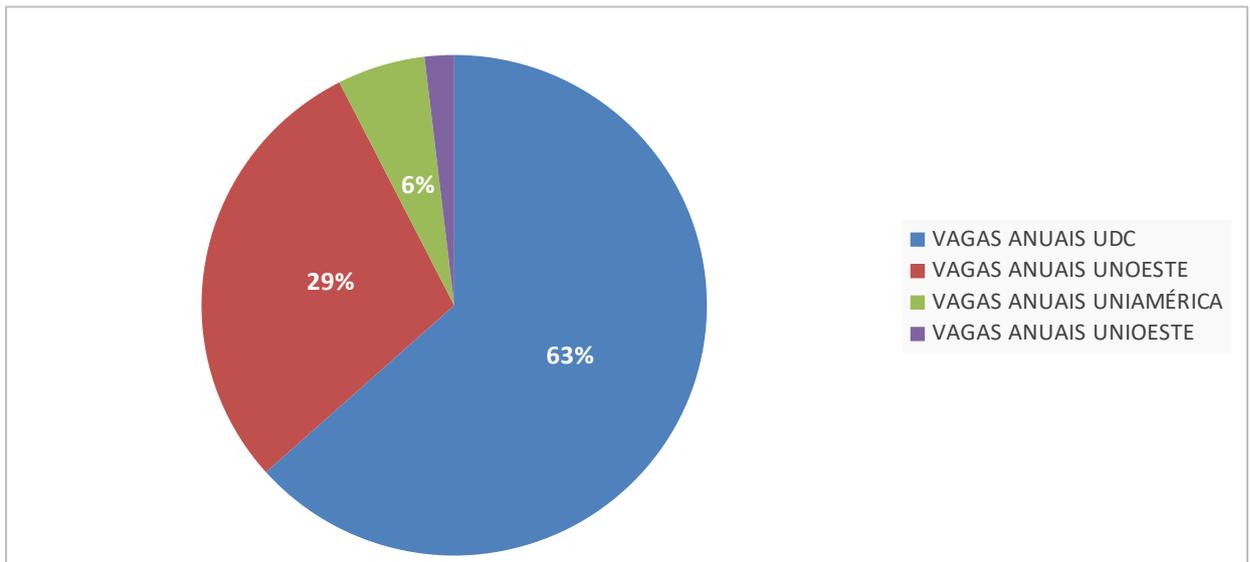
Desse modo, o contexto micro acima descrito, de predomínio quase absoluto do mercado privado sobre a licenciatura em Pedagogia, é um elemento problematizador para se pensar a formação docente e o ensino ofertado sob a ótica do mercado educacional.

Nesta perspectiva, se faz necessária uma reflexão sobre o caráter mercantilizado que vem assumindo o Ensino Superior no Brasil, em especial, nos cursos de graduação noturnos, afetos aos trabalhadores, uma demanda histórica

das camadas menos abastadas das quais estão sempre distantes as políticas públicas para o acesso gratuito à educação superior.

Na figura seguinte vê-se, mais detalhadamente, a massificação das vagas autorizadas anualmente para a via privada.

Figura 17: Percentual total, por instituição, de vagas autorizadas anualmente



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados coletos no ano de 2021 junto ao Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior- Cadastro (e-MEC)

Das quatro Instituições de Ensino Superior descritas na tabela acima, as três que concentram a maior quantidade de vagas autorizadas anualmente, juntas somam 2.090 vagas, sendo elas: a UDC, UNOESTE e UNIAMÉRICA, instituições privadas, enquanto a que possui o menor número, apenas 40 vagas anuais: é a UNIOESTE, uma instituição pública.

O contraste visual possível de se observar no gráfico acima, é absurdamente preocupante, o número de vagas anuais autorizadas para a via privada, constatadas no recorte desta pesquisa, é cinquenta e duas vezes maior que para a via pública.

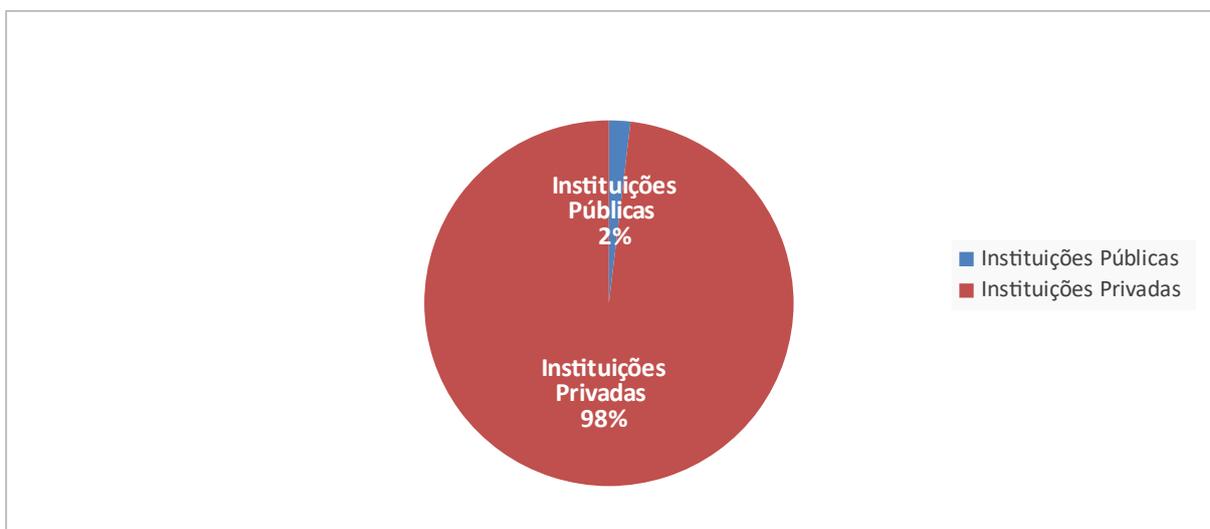
Dentre o contexto exposto, pensando-se nesse exorbitante número de vagas autorizadas anualmente pela via privada, num exercício hipotético de que todas elas fossem preenchidas: haveria postos de trabalho para todos os concluintes do curso? Desse modo:

Observa-se que o que sobressai ao longo das últimas décadas é o esforço – mediante as supracitadas políticas focais e uma legislação permissiva quanto à natureza comercial das organizações e instituições educacionais – visando à expansão quantitativa, não importando muito ou quase nada se essa expansão se dá como usufruto de um direito público ou se apenas como compra de um serviço, produto comercial ou mercadoria. O proposto na agenda dos Acordos Gerais de Comércio e Serviços (AGCS) da Organização Mundial do Comércio (OMC), isto é, a transformação da educação superior em serviço comercial, prevalece e, embora oficial e formalmente não reconhecido, é posto em prática com sua marca em mais de 4/5 das instituições que contam com 2/3 de todas as matrículas da educação superior de graduação no país. (SGUISSARDI, 2015, p. 870)

Sob a ótica mercantilista, em se tratando da modalidade de educação à distância, pelo que se tem observado nas duas últimas décadas, a EAD tem se configurado num produto comercial lucrativo, considerando-se as “vantagens” que a oferta da “mercadoria” em massa pode proporcionar ao investidor.

É possível inferir deste processo de “democratização” do ensino superior pela via privada, a substituição do direito ao ensino superior público, historicamente negligenciado a maior parte da população, por um serviço privado pensado sob a lógica empresarial, incompatível com os princípios da educação humanizadora. Esta reflexão encontra amparo na figura abaixo, onde se constata que do total de 100% do número de vagas autorizadas anualmente no município de Foz do Iguaçu, 98% encontram-se no setor privado e apenas 2% no setor público.

Figura 18: Percentual de vagas autorizadas anualmente: instituições públicas e privadas



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados coletos no ano de 2021 junto ao Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior- Cadastro (e-MEC)

Observando-se a figura 18, é notório a massiva superioridade do número de vagas anuais autorizadas para o setor privado, se comparado ao setor público. Porém, isto não se reflete necessariamente em superioridade qualitativa.

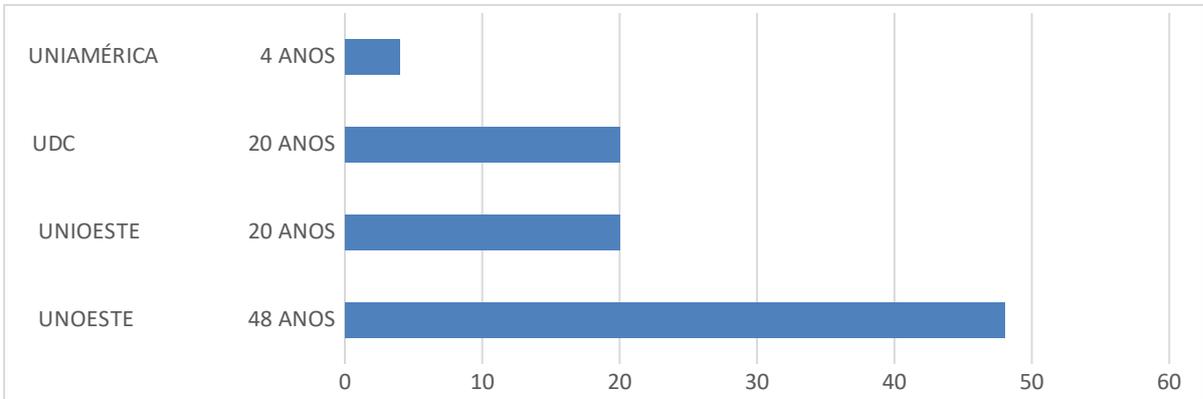
Pois, pelo que se pôde constatar nesta pesquisa, em relação a empregabilidade nas escolas da rede estadual de Foz do Iguaçu em 2019, se verificou que a Unioeste, que teve apenas 2% do percentual de vagas autorizadas anualmente, obteve o maior e mais expressivo percentual: 49% de Pedagoga (o) s atuando nas referidas escolas.

Por outro cenário de análise, incluindo-se no recorte, apenas de instituições com sede em Foz em Foz do Iguaçu: a UDC e a UNIAMÉRICA, excetuando-se, portanto, a Unoeste, que tem sede em São Paulo, esse percentual alcançado pela UNIOESTE sobe de 49% para 63% de egressa (o) s atuando na rede estadual no de 2019.

A Unioeste ofertou menos vagas (40 anualmente), mas foi a que possibilitou um índice destacadamente maior de empregabilidade naquele espaço pesquisado. O que pode ser avaliado como um fator decorrente de critérios associados a qualidade do ensino ofertado pela instituição pública.

Em relação a data em que iniciaram as suas atividades, tratando-se do curso de Pedagogia, a Unoeste que aparece na pesquisa com 22% das egressa(o)s inserida (o) s nas escolas da rede estadual de ensino no de 2019, teve seu início de funcionamento no ano de 1972, portanto há 48 anos (considerando-se para o cálculo, o ano de 2020). A UDC, com 26% de ingressa (o) s e a Unioeste com 49%, iniciaram seu funcionamento no mesmo ano, em 2000, há 20 anos. A Uniamérica com 3% das egressa(o)s, iniciou seu funcionamento no ano de 2016, portanto, há quatro anos.

Figura 19: Tempo de funcionamento do curso de Pedagogia nas instituições

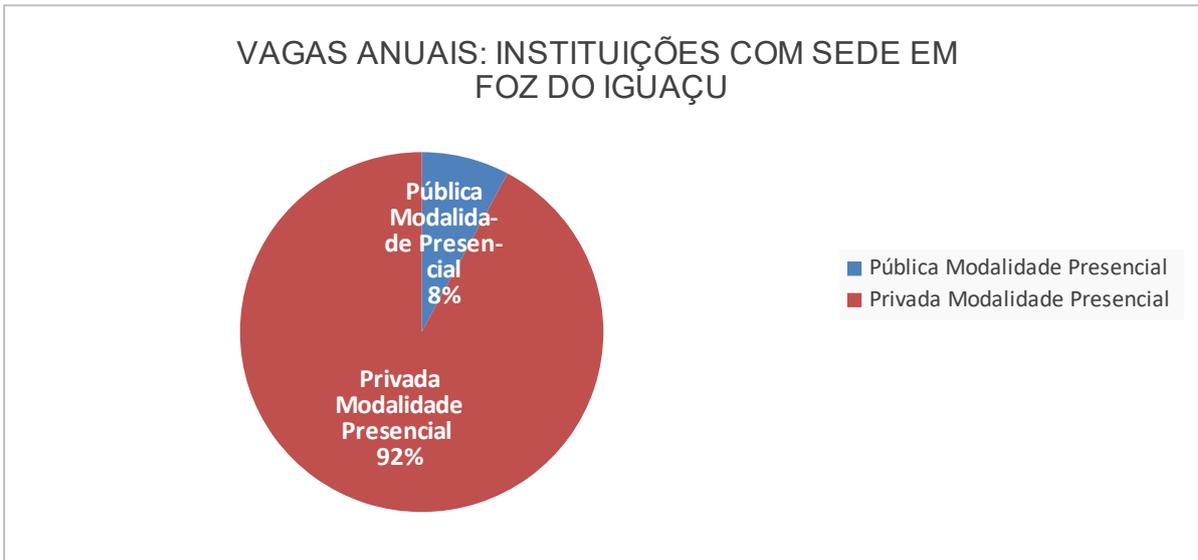


Os dados acima confirmam que a criação do curso de Pedagogia em três, das quatro instituições referidas nesta análise, ocorreu após o final da década de 90, sendo um de natureza jurídica pública e dois de natureza jurídica privada, o que confirma o papel que a LDB n. 9394/96 desempenhou na facilitação da disseminação de cursos de formação docente pela via privada, que legalmente não tem obrigatoriedade de funcionar sob a égide do trinômio: ensino, pesquisa e extensão, fator, sabidamente preponderante para a qualidade do ensino.

Afirma-se que facilita porque no art. 45, versa que “a educação superior será ministrada em instituições de ensino públicas e privadas, com variados graus de abrangência ou especialização”, sendo que no decreto n. 2306/97, cria a figura dos Centros Universitários e os Institutos Superiores de Educação, que assim como as faculdades isoladas estão desobrigados da obrigatoriedade relativa a pesquisa e a extensão, podendo dedicar-se apenas ao ensino.

A figura abaixo, denota o indicativo do favorecimento, via ordenamento jurídico do setor privado em relação ao setor público, na área de formação docente.

Figura 20: Vagas autorizadas anualmente na modalidade presencial natureza: Pública e privada



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados coletos no ano de 2021 junto ao Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior- Cadastro (e-MEC)

Sobre a carga horária mínima ofertada no curso, das instituições com sede em Foz do Iguaçu, UDC e Uniamérica ofertam 3200h, e a Unioeste 3.362h. Dados evidenciam que:

As atuais políticas para formação de professores têm sofrido um processo de desqualificação. Este processo se amplia com a criação dos institutos de educação superior pela nova LDB, Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), porque abre uma brecha para a propagação de cursos da rede privada que, com raras exceções, não aliam ensino, pesquisa e extensão, fatores de suma importância para uma formação consistente. As Diretrizes Curriculares Nacionais para formação de professores da educação básica, em nível superior, do curso de licenciatura, de graduação plena, também abre precedente para o processo de desqualificação dos professores. A Resolução do CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006 (BRASIL, 2006), institui, para os cursos de licenciatura em Pedagogia, carga horária de 3200 horas de trabalho acadêmico divididos em 2800 horas de atividades formativas, - aulas, seminários, pesquisas, visitas a centros educacionais e culturais - 300 horas de Estágio Supervisionado e 100 horas de atividades teórico-práticas por meio de participação em iniciação científica, atividade de extensão e monitoria. Esta carga horária estipulada para os cursos de Pedagogia é organizada de modo a permitir que uma boa parte da carga horária de até 30%, possa ser oferecida na modalidade à distância. O mais problemático é que, ao não deliberar o mínimo de anos para duração do curso de Pedagogia, as diretrizes possibilitam a criação de cursos de licenciaturas com duração de menos de quatro anos, tempo bastante exíguo para uma formação contemplar teoria e prática. (MORAES, ANDRÉ e TERUYA, 2011, p.109)

Há uma desproporcional autorização de vagas de funcionamento dos cursos de Pedagogia no setor privado, especialmente na modalidade à distância, em comparação com as vagas autorizadas anualmente para o setor público.

O percentual de Pedagogas no exercício da função na rede estadual de ensino, no município de Foz do Iguaçu no de 2019, foi expressamente maior de egressa (o) s oriundas da Unioeste, a única instituição pública e com o menor número de vagas de funcionamento autorizadas anualmente, 40 apenas. Um subsídio que demonstra a qualidade da universidade pública e sua importância de abrangência.

Não foi possível obter dados que comprovassem se o total de vagas autorizadas para o funcionamento na via privada, era totalmente preenchido pelas instituições de ensino, mas a proporcionalidade das autorizações concedidas para o setor privado, em relação ao número concedido para o setor público, já é em si, um fato que produz elementos para se refletir sobre a qualidade da formação docente.

Em que pese, a necessária discussão sobre a metodologia de avaliação do ensino superior, o que se pretende com as figuras inseridas nas páginas seguintes, é dar visibilidade aos dados relativos aos indicadores de qualidade alcançados pelas IES de maior expressividade em relação ao percentual de egressa (o) s trabalhando nas escolas da rede estadual do município de Foz do Iguaçu no ano de 2019, em ordem alfabética: UDC, Uniamérica, Unioeste e Unoeste:

Apesar da complexidade e das críticas aos Indicadores de Qualidade da Educação Superior, a existência do Sinaes é apontada como um fator que gerou impacto na gestão das Instituições de Ensino Superior, que se veem frente à necessidade de aprimorar a qualidade da oferta dos cursos. Afinal, toda a regulação do sistema (que envolve, por exemplo, a autorização de cursos e o credenciamento de instituições) perpassa esses indicadores. É preciso ter em mente que o arcabouço para avaliar os cursos de graduação e as instituições de ensino que os oferecem foi forjado num contexto de rápida expansão do sistema, com o surgimento de novas instituições e ampliação da oferta de vagas, a partir do final da década de 1990 – o que tornou premente a necessidade de monitoramento da qualidade (AVANCINI, 2017).

Por meio da reflexão acima, é possível compreender a necessidade se observar nos históricos de índices dos cursos, os conceitos obtidos nos anos em

que foram avaliados. Assim, dispõe-se, pelas figuras abaixo, os conceitos alcançados pelas IES para, posteriormente, em um recorte didático, se destacar o desempenho destas instituições no ENADE, discorrendo sobre os dados alcançados pela Unioeste, em comparação as demais instituições.

Figura 21: Indicadores de qualidade: Centro Universitário Dinâmica das Cataratas – UDC. Licenciatura em Pedagogia. Modalidade: Educação à Distância, início de funcionamento: 10/08/2013.

Situação de Funcionamento: **Em atividade** Vagas Anuais Autorizadas: 1000

 HISTÓRICO DOS ÍNDICES DO CURSO

ANO	ENADE	CPC	CC	IDD
2017	3	3	-	-

Fonte: <https://emec.mec.gov.br/emec/consultacadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/MTM5Ng==/9f1aa921d96ca1df24a34474cc171f61/NDM=> Acesso em: 21/01/2021.

Figura 22: Indicadores de qualidade: Centro Universitário Dinâmica das Cataratas – UDC. Licenciatura em Pedagogia. Modalidade: Presencial, início de funcionamento: 07/08/2000.

Situação de Funcionamento: **Em atividade** Vagas Anuais Autorizadas: 150

 HISTÓRICO DOS ÍNDICES DO CURSO

ANO	ENADE	CPC	CC	IDD
2017	2	2	-	1
2014	2	3	-	-
2011	3	4	-	-
2010	-	-	4	-
2008	2	2	-	2

Fonte: <https://emec.mec.gov.br/emec/consultacadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/MTM5Ng==/9f1aa921d96ca1df24a34474cc171f61/NDM=> Acesso em: 26/01/2021. Acesso em: 21/01/21.

Figura 24: Indicadores de qualidade: Centro Universitário União das Américas – UNIAMÉRICA. Licenciatura em Pedagogia. Modalidade: Presencial, início de funcionamento: 13/02/2016.

Situação de Funcionamento: **Em atividade** Vagas Anuais Autorizadas: 120

 HISTÓRICO DOS ÍNDICES DO CURSO

ANO	ENADE	CPC	CC	IDD
2016	-	-	5	-

Fonte: <https://emec.mec.gov.br/emec/consultacadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/MTcxNg==/9f1aa921d96ca1df24a34474cc171f61/NDM>= Acesso em: 21/01/2021.

Figura 25: Indicadores de qualidade: Universidade Estadual do Oeste do Paraná- UNIOESTE. Licenciatura em Pedagogia. Modalidade: Presencial, início de funcionamento: 07/08/2000.

Situação de Funcionamento: **Em atividade** Vagas Anuais Autorizadas: 40

 HISTÓRICO DOS ÍNDICES DO CURSO

ANO	ENADE	CPC	CC	IDD
2017	4	4	-	3
2011	4	4	-	-
2008	5	4	-	5
2005	4	-	-	4

Fonte: <https://emec.mec.gov.br/emec/consultacadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/MTcxNg==/9f1aa921d96ca1df24a34474cc171f61/NDM>= Acesso em: 21/01/2021.

Figura 26: Indicadores de qualidade: Universidade do Oeste Paulista- UNOESTE. Licenciatura em Pedagogia. Modalidade: Presencial, início de funcionamento: 16/10/1972.

Situação de Funcionamento: **Em atividade** Vagas Anuais Autorizadas: 200

 HISTÓRICO DOS ÍNDICES DO CURSO

ANO	ENADE	CPC	CC	IDD
2017	3	4	-	3
2014	3	4	-	-
2011	4	4	-	-
2008	2	3	-	2
2005	2	-	-	2

Fonte: <https://emec.mec.gov.br/emec/consultacadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/Mjcx/9f1aa921d96ca1df24a34474cc171f61/NDM>. Acesso em: 21/01/21.

Figura 27: Indicadores de qualidade: Universidade do Oeste Paulista- UNOESTE. Licenciatura em Pedagogia. Modalidade: À Distância, início de funcionamento: 05/02/2018.

Situação de Funcionamento:	Em atividade	Vagas Anuais Autorizadas:	420	
				
ANO	ENADE	CPC	CC	IDD
2017	-	-	5	-

Fonte: <https://emec.mec.gov.br/emec/consultacadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/Mjcx/9f1aa921d96ca1df24a34474cc171f61/NDM=>. Acesso, em: 21/01/21.

Dentre os indicativos de qualidade que se pode observar nas figuras supra mencionadas, nas tabelas que seguirão abaixo se apresentará, num recorte do que foi apresentado acima, os resultados que a Universidade Estadual do Oeste do Paraná- Unioeste, o Centro Universitário Dinâmica das Cataratas- UDC, Universidade do Oeste Paulista- Unoeste e o Centro Universitário União das Américas- Uniamérica obtiveram no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

De acordo com o que se pode apurar por meio do e-MEC⁷, O ENADE- Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, avalia o conhecimento dos alunos em relação ao conteúdo previsto nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação, suas habilidades e competências. Deste exame, estão habilitados a participar, os alunos iniciantes e concluintes dos cursos em avaliação. Consideram-se os seus

⁷ O e-MEC é um sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil. Todos os pedidos de credenciamento e reconhecimentos de instituições de educação superior (IES), bem como de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos. Também tramitam no e-MEC alguns processos de aditamento de atos autorizativos. O sistema torna os processos mais rápidos e eficientes e as IES podem protocolar os seus processos relativos a pedidos de emissão de atos regulatórios e acompanhar o seu trâmite de forma totalmente eletrônica. O Sistema e-MEC incorpora também o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior (Cadastro e-MEC), base de dados oficial e única de informações relativas às IES subordinadas ao Sistema Federal de Ensino, bem como dos cursos de graduação e pós-graduação por elas ministrados. Os dados do Cadastro e-MEC guardam conformidade com os atos autorizativos editados pelo MEC, com base nos processos regulatórios competentes. Ressalte-se que é facultado às IES pertencentes aos demais sistemas de ensino – que são reguladas e supervisionadas pelo órgão regulatório da respectiva unidade federativa, ou pelo órgão responsável pelo ensino militar em cada unidade da federação, fazer parte do Cadastro e-MEC. Assim, as informações relacionadas a essas instituições são declaratórias e de responsabilidade exclusiva da respectiva IES. Cita-se ainda que, as informações referentes aos cursos de pós-graduação lato sensu constantes do Cadastro e-MEC são de cunho declaratório e quaisquer irregularidades são de responsabilidade da respectiva IES no âmbito cível, administrativo e penal.

resultados na composição de índices de qualidade relativos aos cursos e às instituições, como o CPC, que é o Conceito Preliminar de Curso e o IGC, que é Índice Geral de Cursos da instituição.

Para a avaliação dos estudantes foi implementado o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) (BRASIL, 2016a), um exame obrigatório que é aplicado periodicamente, em ciclos de três anos, aos alunos de todos os cursos de graduação. Além de avaliar e acompanhar o processo de aprendizagem e o desempenho acadêmico dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, o Enade também avalia suas habilidades para ajustar-se às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico da profissão escolhida, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento. Além dos testes de conhecimento, os alunos devem responder a um questionário para levantar a percepção dos alunos sobre o teste e outro sobre o perfil socioeconômico educacional do aluno (LIMA, et al., 2019, p.90)

O CPC (Conceito Preliminar do Curso) se constitui a partir dos resultados do Enade e por fatores que consideram a titulação dos professores, o percentual de docentes que cumprem regime parcial ou integral (não horistas), recursos didático-pedagógicos, infraestrutura e instalações físicas. Para fins de aferição dos resultados, os conceitos, vão de 1 a 5, este último, valor máximo a ser atingido. É um indicador preliminar da situação dos cursos de graduação no país.

Conforme informado no e-MEC, o Conceito de Curso (CC) é composto a partir da avaliação in loco do curso pelo MEC, ele pode confirmar ou modificar o CPC. Importa ressaltar que a necessidade de avaliação in loco para a renovação do reconhecimento dos cursos é determinada pelo CPC, assim, os cursos que obtiverem CPC 1 e 2 são automaticamente incluídos no cronograma de avaliação in loco. Já os cursos com conceito igual ou maior que 3, podem optar por não receber a visita dos avaliadores e, assim, transformar o CPC (Conceito Preliminar de Curso) em CC, que é um conceito permanente.

O Conceito Enade e o CPC não traduzem a “nota” dos cursos e instituições de ensino, mas correspondem à sua posição relativa em relação aos demais. Isso ocorre por causa da metodologia usada pelo Inep para calcular os indicadores: o cálculo é feito a partir de uma “curva de Gauss”, na qual as notas brutas são padronizadas e distribuídas em faixas de desempenho de 1 a 5 sendo 1 a mais baixa, e 5 a mais alta. A faixa 3 é definida pelo Inep como a média. Os cursos e instituições acima do desvio-padrão são classificados

como 4 e 5. Os que ficam abaixo do desvio-padrão são classificados como 1 e 2. Por isso, não é possível afirmar que um curso está “abaixo da média” ou “acima da média”, mas que ele é melhor ou pior do que outros. Para afirmar que um curso é bom ou ruim, seria necessário definir critérios claros e objetivos do que é considerando “bom” e estabelecer uma nota como média. (AVANCINI, 2017)

Abaixo observa-se as instituições acima do desvio-padrão, classificados como 4 e 5 e os que ficam abaixo do desvio-padrão, classificados como 1 e 2.

Tabela 7: Conceitos obtidos pela Unioeste (modalidade presencial) no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes- ENADE

Ano referência	Conceito
ENADE 2017	4
ENADE 2011	4
ENADE 2008	5
ENADE 2005	4

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados coletos no ano de 2021 junto ao Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior- Cadastro (e-MEC)

Tabela 8: Conceitos obtidos pela UDC Centro (modalidade presencial) no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes- ENADE

Ano referência	Conceito
ENADE 2017	2
ENADE 2014	2
ENADE 2011	3
ENADE 2008	2

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados coletos no ano de 2021 junto ao Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior- Cadastro (e-MEC)

Tabela 9: Conceitos obtidos pela UDC- Vila A- (modalidade presencial) no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes- ENADE

Ano referência	Conceito
ENADE 2017	2
ENADE 2014	2
ENADE 2011	2

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados coletos no ano de 2021 junto ao Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior- Cadastro (e-MEC)

Tabela 9: Conceitos obtidos pela UDC (modalidade EAD) no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes- ENADE

Ano referência	Conceito
ENADE 2017	3

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados coletos no ano de 2021 junto ao Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior- Cadastro (e-MEC)

Tabela 10: Conceitos obtidos pela Unoeste (modalidade Presencial) no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes- ENADE

Ano referência	Conceito
ENADE 2017	3
ENADE 2014	3
ENADE 2011	4
ENADE 2008	2
ENADE 2005	2

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados coletos no ano de 2021 junto ao Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior- Cadastro (e-MEC)

Em relação a Uniamérica (ano de funcionamento do Curso de Pedagogia-2016), e a Unoeste EAD (ano de funcionamento do Curso de Pedagogia- 2018), sobre o ENADE, não haviam dados informados.

O ENADE, não é um exame de escolha facultativa aos estudantes, algumas críticas observadas, residem na defesa de que a obrigatoriedade de o fazer não se traduz em compromisso e seriedade do acadêmico na realização da prova, e que, portanto, ela poderia não representar de modo fidedigno o aprendizado do estudante. Por outro lado, é sabido que seus resultados podem ser utilizados como subsídio com vistas a diretrizes de ações para melhoria da qualidade do ensino nos cursos de graduação.

Feitas estas importantes ressalvas, o que se pôde constatar nos conceitos obtidos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes- ENADE, pelas instituições que foram arroladas nesta pesquisa é que apenas a Unoeste obteve conceito 4 ou 5 em todos os anos de realização do exame, portanto, acima do desvio de padrão em todas as edições. Um aporte que soma e reforça o indicativo da qualidade do ensino ofertada no curso de Pedagogia instituição.

Sobre subsídios para se refletir quanto à qualidade dos cursos de formação docente ofertados no Brasil, no recorte desta pesquisa, constatou-se uma elevada superioridade numérica de autorização anual de vagas para o funcionamento dos cursos de Pedagogia, ora na modalidade EAD, ora na modalidade presencial pela via privada.

Se constatou, ainda, que pela legislação brasileira, Centros Universitários, Institutos Superiores e Faculdades isoladas são desobrigados de operar sob o tripé do ensino, pesquisa e extensão. O que pode ser um fator prejudicial a ser refletido na qualidade do ensino e no perfil do profissional formado, se inferir-se que o ensino, descolado da pesquisa e da extensão, se imbuí de um caráter instrumental, de maior predomínio técnico. Quanto a isso, a orientação possível de se observar nas políticas públicas no Brasil:

Em relação à qualidade educacional, a epistemologia da prática é legitimada pelas orientações de organismos multilaterais, como o Banco Mundial, que defendem o conceito de qualidade educativa neoliberal para a formação e a educação. Dessa maneira, subtrai da educação e da formação sua relevância social, limitando-as às atividades técnicas, desligadas das dimensões política, ética, estética e cultural. No entendimento de Souza e Magalhães (2014), essa concepção de qualidade neoliberal reduz a premissa ontológica da educação e do trabalho como constituidoras do sujeito social. Para essas autoras, embora o capitalismo destaque o trabalho como pressuposto da existência humana, o que realmente gera é a alienação do homem em relação ao seu trabalho e ao trabalho de seu produtor, ferindo o princípio fundamental e ontológico do trabalho, que é a omnilateralidade e a transformação da realidade, conforme Marx (2006). (SOUZA; MAGALHÃES, 2016, p. 55)

A orientação voltada hegemonicamente para a técnica, tende a apresentar proximidade acrítica em relação aos fatores históricos, políticos e econômicos que constituem as problemáticas sociais. Uma formação pensada apenas do ponto de vista do ensino pode distanciar-se da construção de meios que instrumentalize os sujeitos para a intervenção consciente e direta na realidade social, com vistas à perspectivas de transformá-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora não seja o foco central, com esta pesquisa, cria-se mais um aporte para tornar viva a memória de como se deu a criação do Curso de Pedagogia na Unioeste, campus Foz do Iguaçu e dos sujeitos que contribuíram para que essa criação fosse possível. Apesar de ter ocorrido a partir de um equívoco na interpretação do artigo 62 da LDB n. 9394/96, pelo que se pôde constatar até aqui, não é errôneo dizer que foi um frutífero equívoco para o município de Foz do Iguaçu.

Pois foi a partir dele, com a decorrente movimentação popular das professoras da rede municipal de ensino, apoiada pela diretora geral do campus da Unioeste- Foz, à época, professora Isolete Nieradka, que apresentou a demanda das docentes ao deputado Chico Noroeste e também com a investidura de esforços da professora Doutora Silvana Aparecida de Souza, que no campus, naquele período, era a única docente graduada em Pedagogia, que foi dado o passo inicial para a criação do curso, que começaria o seu funcionamento no ano 2000 com a primeira turma do curso de Pedagogia público da cidade de Foz do Iguaçu.

Um outro elemento constatado na pesquisa, embora periférico no trabalho, apresenta-se enquanto subsídio destacável para compreensão da relevância social do curso, que é o seu firmamento de posicionamento político pela proposição objetiva de intervenção na realidade social a favor dos interesses da Classe Trabalhadora, expresso na consolidação de sua orientação teórico metodológica pelo Materialismo Histórico Dialético.

A contextualização do período de redemocratização do país, pós regime militar, brevemente construída, se fez importante via para compreender a interferência que o período de reestruturação do Capital internacional teve nos rumos das políticas educacionais no Brasil. No tocante a criação da LDB n. 9394/96, que circundou este trabalho, favoreceu a expansão da formação docente pela via privada e fez explodir no país os cursos de graduação a distância.

Conforme foi possível apurar nos materiais que continham o relato da professora Dra. Silvana Aparecida de Souza, no município de Foz do Iguaçu, o movimento de algumas professoras junto a direção da Unioeste, favoreceram para que no município mencionado fosse criada uma outra alternativa para a formação

docente em nível superior, senão essa pensada na lógica puramente mercadológica, expressa no contexto político acima destacado.

Os dados apontam para a Unioeste campus de Foz do Iguaçu como uma importante instituição de ensino superior na oferta do curso de Pedagogia, público e gratuito, para a formação de Professora (e) s e Pedagoga (o) s habilitadas a compor o quadro de magistério no município mencionado, no trabalho direto com as camadas mais social e economicamente vulneráveis.

Demonstrou-se que a primeira turma de acadêmicos do Curso de Pedagogia da Unioeste do campus de Foz do Iguaçu deu mostras da relevância do curso quase concomitantemente com a formatura das alunas (o) s que o compuseram, pois no mês de setembro de 2004 foi lançado o Edital de Concurso Público n. 37/2004 – GS-SEED, para suprir a demanda de 205 vagas para a função de Pedagoga (o) no Núcleo Regional de Educação de Foz do Iguaçu e dos 41 formandos, 30 se inscreveram para a seleção e, destes, 23 foram aprovados, evidenciando assim uma inquestionável comprovação da qualidade do ensino público do curso, com 76% de aprovação dos inscritos.

Outro ponto que evidencia essa relevância, conforme se pode observar na comparação do número de egressa (o) s do curso de Pedagogia atuando na função, no ano de 2019 nas escolas estaduais de Foz do Iguaçu, em relação as demais Instituições de Ensino Superior com sede no município, é que tendo o menor percentual de vagas autorizadas anualmente: 40 vagas apenas, a Unioeste teve o maior percentual pedagogos(as) egressa (o) s atuando na função, no ano de 2019: 63%, enquanto que a instituição de percentual mais próximo e que alcançou o número 33% de egressa (o) s atuando na função, possui 1000 vagas autorizadas anualmente pela via EAD e 350 vagas anuais autorizadas na modalidade presencial. Embora não tenha sido possível apurar se as vagas eram de fato preenchidas, ainda assim, são dados expressivos a se considerar.

Em relação aos conceitos obtidos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes- ENADE, das instituições pesquisadas, apenas o curso de Pedagogia da Unioeste obteve conceito 4 ou 5 em todos os anos de realização do exame, portanto, sempre acima do desvio de padrão em todas as edições. Guardadas as devidas ressalvas, a serem considerados em todos os processos de avaliação, é

também um indicativo da qualidade do ensino ofertado no curso de Pedagogia da instituição.

A pesquisa demonstrou, que dentre as quatro instituições nas quais se fechou o recorte para análise de alguns dados, há um desproporcional quadro de vagas anualmente autorizadas para os cursos de Pedagogia. Somando-se as modalidades EAD e presencial, são 2090 vagas no setor privado e apenas 40 vagas no setor público, ou seja, um número cinquenta e duas vezes maior para a iniciativa privada. Problematizando:

Isto significa a coexistência de dois modelos de ensino superior no Brasil, como argumenta Sguissardi (2004b, p. 41): as IES neoneapolitanas, destinadas à formação técnico-profissional dos estudantes, nas quais predominam critérios como não exigência de pesquisa e extensão, corpo docente majoritariamente sem qualificação para a produção de conhecimento, com dedicação exclusiva às atividades de ensino, alocados em unidades isoladas, entre outros. E as IES neo-humboldtianas, voltadas à formação de profissionais pesquisadores, nas quais predominam critérios e indicadores como existência de produção científica, com programas de pós-graduação *stricto sensu* consolidados, docentes em regime de tempo integral e qualificados para a produção científica, estrutura acadêmica integrada em torno de projetos, entre outros. (MAZILLI, 2011, p. 217)

O descomprometimento do Estado com o financiamento da educação superior pública, conduz a uma massificação mercantil da Formação Docente pela via privada, com condicionantes favorecedores de um padrão de qualidade, que pode ser questionável, nos cursos de formação docente. Um exemplo a ser citado, é o da não obrigatoriedade da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nesse modelo de “democratização” do ensino superior pela via da banalização de vagas autorizadas para o setor privado. Cria-se um abismo de qualidade entre as instituições públicas e privadas. Nesse bojo, se oferta um ensino público, gratuito e qualificado para poucos e outro de qualidade duvidosa e pago para a maior parte da população jovem. Assim:

Com esta exposição, visa-se explicitar como, no âmbito de uma economia ultraliberal, com predominância financeira, e de um Estado semiprivado, que lhe é funcional, estão sendo anuladas as fronteiras entre o público e o privado/ mercantil ao promover-se uma expansão da educação superior (ES) que a mantém como de elite e de alta qualificação para poucos, enquanto adquire traços de “sistema” de massas e de baixa qualificação para muitos. Isto poria em dúvida o alcance das pretendidas metas oficiais de sua democratização. A

análise e interpretação dos dados referentes ao estatuto jurídico das instituições e respectivas matrículas, à frequência ao turno noturno e à EaD, à concentração dos cursos e matrículas por área de conhecimento, à presença de fundos de investimento (de private equity³) nacionais e transnacionais que se associam às grandes empresas do setor educacional etc., autorizam a hipótese de que a educação superior, no Brasil, vive um intenso processo de transformação de um direito ou “serviço público” em “serviço comercial” ou mercadoria, isto é, um processo de massificação mercantilizadora que anula as fronteiras entre o público e o privado-mercantil e impede uma efetiva democratização do “subsistema”. Ao menos no nível da graduação. (SGUISSARDI, 2015, p. 869)

A luta a favor das universidades públicas, pela manutenção da qualidade e pela expansão de suas vagas precisa se sobrepôr ao crescimento de instituições de cunho mercantil-privado e de baixa qualidade. O trabalho realizado com esta pesquisa busca trazer subsídios para a defesa da Universidade pública frente aos ataques de parcelas políticas da sociedade que tentam desqualificá-la, para, entre outros, desobrigar-se de seu custeio.

REFERÊNCIAS

- ANFOPE. Documento final do IX Encontro Nacional. São Paulo: Mimeo, 1998.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação e da pedagogia: geral e Brasil. São Paulo; Moderna, 2006.
- AVANCINI, Marta. Entenda o Enade e o conjunto de indicadores do ensino superior. Revista JEDUCA online. Disponível em: <https://jeduca.org.br/texto/entenda-o-enade-e-o-conjunto-de-indicadores-do-ensino-superior>. Acesso em: 27/01/21
- BALBINOTTI, Vera Lucia. KUIAVA, José. Unioeste: da estadualização ao reconhecimento. Educere et Educare - Revista de Educação, p. 111-122. Vol. 2 nº 3 jan./jun. 2007.
- BARBOSA, Maria Carmen Silveira; DELGADO, Ana Cristina Coll. Alfabetização e escolarização: outros modos de pensar a leitura e a escrita com as crianças. In: BARBOSA, Maria Carmen Silveira et al. A infância no ensino fundamental de 9 anos. Porto Alegre: Penso, 2012. pp. 114 - 148.
- BENCOSTA, M.L.A. Grupos Escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: Stephanor M. Histórias e memórias da Educação no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- BITTAR, Marisa. BITTAR, Mariluce. História da educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. Acta Scientiarum, 34(2), 157-168, 2012.
- BRZEZINSKI, Iria. Pedagogia, pedagogos e formação de professores. Campinas: Papyrus, 1996.
- BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, 1967.
- _____. 9394/1996 Leis de Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96>. Acesso em: 01 de agosto de 2019.
- _____. Parecer 05/2005 do Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, de 13 de dezembro de 2005.
- _____. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP 1, de 15 de maio de 2006. Brasília, DF: SEED, 2006.
- _____. Lei nº 4024/1961, de 20 de dezembro de 1961 -Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em: 18 Jun. 2020.
- _____. Lei nº 5692/1971, de 11 de agosto de 1971 -Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em: 18 Jun. 2020.

BRASÍLIA: Senado Federal. Reforma tornou ensino profissional obrigatório em 1971. Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/03/reforma-do-ensino-medio-fracassou-na-ditadura>. Acesso em: 12 de jan. 2020.

BRITO, Rosa Mendonça de. Breve Histórico do Curso de Pedagogia no Brasil. Disponível em: <http://cefort.ufam.edu.br/dialogica/files/no1/Vol01-01-breve%20historico%20do%20curso%20de%20pedagogia%20no%20brasil.PDF>. Acesso em: 10 de junho de 2019.

BRZEZINSKI, Iria. Pedagogia, pedagogos e formação de professores. Campinas: Papyrus, 1996.

CASTRO, Roney Polato de; SANTOS, Vinícius Rangel dos. Relações de gênero na Pedagogia: concepções de estudantes homens. Disponível em: <<https://educacaoemperspectiva.ufv.br/index.php/ppgeufv/article/view/720/174>>. Acesso em: 31 de Agosto de 2020.

CATANI, Afrânio Mendes. Universidade na América Latina: tendências e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1996.

CUNHA, Maria Isabel. (Org). Reflexões e práticas em pedagogia universitária. Campinas: Papyrus, 2007 (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

FALEIROS, Fabiana; KAPPLER, Christoph; PONTES, Fernando Augusto Ramos; SILVA, Simone Souza da Costa; GOES, Fernanda dos Santos Nogueira de; CUCICK, Cibele Dias. Uso de questionário online e divulgação virtual como estratégia de coleta de dados em estudos científicos. Texto Contexto Enferm, oct-dic 2016, 25(4). Disponível em <<http://www.index-f.com/textocontexto/2016/25404p.php>>

FERNANDES, Florestan. Universidade brasileira: reforma ou revolução? São Paulo: Alfa-Ômega. 1975.

_____. O desafio educacional. SP: Cortez: Autores Associados, 1989. (Coleção Educação Contemporânea).

FREITAS, Luiz Carlos de. Em direção a uma política para a formação de professores. In: Em Aberto, Brasília, 1992, 54, pp. 3-22 .

GADOTTI, Moacir. Boniteza de um sonho: ensinar e aprender com sentido. São Paulo: Grubhas, 2003. Disponível em: . Acesso em: 14 ago. 2020.

GARCIA, Walter. Planejamento e educação no Brasil: a busca de novos caminhos. In: KUENZER, Acácia. Planejamento e Educação no Brasil. São Paulo: Cortez, 1999.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GLASER, Niroá Zuleica R. R. Educação na história da UFPR: apontamentos para uma minuta cronológica. In: Educar, v. 07, jan/dez 1988.

LIBÂNEO, José Carlos. O campo teórico-investigativo da pedagogia, a pós-graduação em educação e a pesquisa pedagógica. Revista Educativa (UCG), Goiânia, vol. 11, no 1 (2008).

LIMA, Maria Otaci de; SANTOS, Maria Martins dos; ARRUDA, Ana Lúcia Borba de. Um mapeamento sobre o uso das temáticas de Educação, Pobreza e Desigualdade Social nos trabalhos publicados em periódicos nacionais no âmbito educacional de (2005-2015). UFPE, 2016. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/39399/2404730/LIMA%3B+SANTOS%3B+ARRUDA+-+2016.1.pdf/da579855-7653-414a-9d24-ac247428e74b>. Acesso em 22 de jan de 2020.

LIMA, Priscila da Silva Neves; AMBROSIO, Ana Paula Laboissière; [FERREIRA, Deller James](#) and BRANCHER, Jacques Duílio. Análise de dados do Enade e Enem: uma revisão sistemática da literatura. *Avaliação (Campinas)* [online]. 2019, vol.24, n.1, pp.89-107. Epub Apr 25, 2019.

LINHARES, Clarice S., CONRADI, Fernanda, WEISSBOCK, Luana Pires. O Estado do Paraná e a formação do pedagogo em gestão escolar nos cursos de pedagogia nas IES estaduais. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5324_2525.pdf. Acesso em: 08 de agosto de 2019.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 3. Ed. São Paulo:Atlas, 1999.

MAZZILLI, Sueli. Ensino, pesquisa e extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempos de redemocratização do Estado. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE, [S.I.], v. 27, n. 2, dez. 2011. ISSN 2447-4193. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/24770/14361>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

MENESES, João Gualberto de Carvalho [et al]. Estrutura e funcionamento da educação básica. Leituras. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 2002

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ - MPRP. Comunicações. Disponível em: <http://comunicacao.mppr.mp.br/modules/noticias/article.php?storyid=1229>. Acesso em 22 de Setembro de 2019.

MINTO, Lalo Watanabe. EDUCAÇÃO E LUTAS SOCIAIS NO BRASIL PÓS-DITADURA: da democracia à ausência de alternativas. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 54, p. 242-262, dez 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/download/8640181/7740/10738>. Acesso em 22 de janeiro de 2020.

MOACYR, Primitivo. A instrução e as províncias: subsídios para a história da educação no Brasil (1835-1889). São Paulo: Editora Nacional, v. 2, 1939.

MORAES, Denise Rosana Silva; ANDRÉ, Tamara Cardoso; TERUYA, Tereza Kazuko. O estágio na formação de professores e a superação da dicotomia entre teoria e prática: um relato de experiência. *Revista Cesumar - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* v. 16, n. 1, jan./jun. 2011, p. 103-120.

NEVES, Lucia Maria Wanderley (org). *Reforma universitária do Governo Lula: reflexões para o debate*. São Paulo: Xamã, 2004.

PARANÁ. O papel do pedagogo na gestão: possibilidades de mediação do currículo. Secretaria de Estado do Paraná. Coordenação de Gestão Escolar (CGE). 2010.

PARANÁ/ SEAPE. Edital de Concurso Público n. 37/2004 – GS-SEED. Atividades genéricas do professor pedagogo no ensino da rede estadual do Paraná. Paraná: SEED, 2004.

PINZAN, Leni Terezinha Marcelo. *Unioeste: a histórica luta pela estadualização*. / Leni Terezinha Marcelo Pinzan — Maringá, PR: UEM, 2007.

REIS, Luis Fernando A greve na UEL, UEM e Unioeste em 2001/2002. *Revista do Sindiprol/Aduel. Memórias da Greve [2000/2001]*, 2012.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 16. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. Petrópolis: Vozes, 37 ed. 2012.

SAVIANI, Demerval. *Ensino Público e algumas falas sobre universidade*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1991.

_____. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETI, C.J.(et al). *Tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. *A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas*. São Paulo: Autores Associados, 1997.

_____. *Escola e Democracia*. Campinas: Autores Associados, 2009.

_____. *Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino*. 7ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Autores Associados, 2015.

SCHEIBE, Leda; AGUIAR, Márcia Ângela. Formação de profissionais da educação no Brasil: O curso de pedagogia em questão. In: *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 20, no 68, dez. 1999. p. 220-238.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação Superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil?. *Educ. Soc.* [online]. 2015, vol.36, n.133, pp.867-889. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302015000400867&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em 22 de jan de 2020.

SILVA, Carmem Silvia Bissoli da, Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade. 2ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

_____. Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade. São Paulo: Autores Associados, 1999.

SILVA, Junior. Tendências do ensino superior diante da atual reestruturação do processo produtivo no Brasil. In: CATANI, A.C (org). Universidade na América Latina: tendências e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1996.

SOUZA, Ruth Catarina Cerqueira Ribeiro de; MAGALHÃES, Solange Martins Oliveira. Pesquisa acadêmica sobre professores em interlocução com o plano nacional de educação (PNE 2014-2024): epistemologias, confluências e contradições. Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores, v. 8, n. 14, p. 49-64, 30 jun. 2016.

SOUZA, Silvana Aparecida de; SANTOS, Simone Rejane dos. Elementos para a reformulação do curso de Pedagogia: Diagnóstico e perfil dos acadêmicos e egressa (o) s da Unioeste – Campus de Foz do Iguaçu. Ideação, [S.l.], v. 17, n. 1, p. 45-59, abr. 2016. ISSN 1982-3010. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/12132>>. Acesso em: 09 set. 2020. doi:<https://doi.org/10.48075/ri.v17i1.12132>.

TANURI, Leonor. História da formação de professores. In: SAVIANI, Dermeval; CUNHA, Luiz Antonio; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. 500 anos de educação escolar. São Paulo: ANPED/Autores Associados, 2000.

UNIOESTE – Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Unioeste: período 2019 a 2023./ Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Pró-Reitoria de Planejamento, Cascavel, 2018.

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Disponível em: <https://www.unioeste.br/portal/inicio/sobre/a-unioeste>. Acesso em 15 de Agosto de 2020.

VIANNA, Claudia Pereira. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente in YANNOULAS, Silvia Cristina (Org.). Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações. Brasília: Abaré, 2013. 302p.

VILA, Meire de Fátima; SANTOS, Silvia Alves dos. O papel do pedagogo e a organização do trabalho na escola. Portal dia a dia educação, 2007. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/641-4.pdf>. Acesso: 22 jan 2021.

WIEBUSCH, Andressa; CORTE, Marilene Gabriel Dalla. O estado do conhecimento de pedagogia e a gestão educacional/escolar neste curso de formação. O curso de Pedagogia e inter-relações com a Gestão Educacional e a Gestão Escolar: desafios à formação de professores no Brasil, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 212-227, jul.-dez.

2014.Disponível
em:<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/17760/12403>> . Acesso em: 20 de Ago 2020.

